

■ Acerca da moralidade do suicídio

.....**Fermin Roland Schramm**

Tive de aceitar o simples fato de que do ponto de vista físico e moral somos seres infinitamente indefesos; (...) Vivemos na era das catástrofes, todo homem é portador da catástrofe, e para a sobrevivência se faz necessária uma arte particular.
(...)

[S]e examinássemos com mais cuidado a arte contemporânea, encontraríamos um único ramo dela que evoluiu a ponto de se tornar uma arte inigualável, a saber, a arte do assassinato.
(...)

O nosso único instrumento é também a nossa única propriedade: a vida.

Imre Kertész, Liquidação

O presente artigo apresenta, de maneira introdutória, a moralidade da prática do suicídio a partir de dois tipos de olhares: aquele da literatura e aquele da forma de ética aplicada chamada bioética. Parafraçando Isaiah Berlin (2002a)⁷⁷, se os homens nunca discordassem sobre os objetivos da vida, provavelmente não existiria o saber chamado bioética, nem qualquer dispositivo de controle (ou “captura”) do desejo humano de felicidade e de produção de subjetividade (AGAMBEN, 2006). Tampouco seriam pensáveis a Ética Aplicada e a Bioética, pois ambas se ocupam justamente de analisar os conflitos morais da práxis humana e propor soluções aceitáveis por agentes e pacientes morais racionais e razoáveis, tendo, em última instância, a preocupação de proteger os envolvidos no conflito, a começar pelos sujeitos que, além de ser genericamente vulneráveis, são especificamente vulnerados (SCHRAMM, 2005).

Desde este ponto de vista da ética e da bioética, analiso a questão moral do suicídio referindo-me ao texto literário-filosófico *Liquidação* de Imre Kertész e a um texto de Isaiah Berlin sobre os dois sentidos da liberdade. No texto de Kertész destaco cinco ideias do autor que, a meu ver, configuram o imaginário

77 Escreve Berlin (2002a): “Se os homens nunca discordassem sobre os objetivos da vida, se nossos ancestrais tivessem permanecido imperturbados no Jardim do Éden, os estudos a que se dedica a Cadeira (...) não poderiam ter sido concebidos” (p. 226).

sobre o suicídio e dizem respeito à moralidade do suicídio. Primeiro, que somos “infinitamente indefesos”, ou *desamparados* física e moralmente. Segundo, que vivemos em situação de catástrofe e que somos ao mesmo tempo agentes e pacientes desta. Terceiro, para poder representar a catástrofe em que vivemos e que também somos, o homem contemporâneo produziu uma forma “inigualável de arte”: a “arte particular” do assassinato, entendida simultaneamente como uma *póiesis* e uma *práxis*, uma auto-produção do homem e uma auto-destruição pelo homem. Quarto, que o único instrumento que temos para enfrentar esta dialética vida/morte é nossa própria vida, a vida que é o que somos e que temos, tornando-nos sujeitos-objetos e que aponta para a infindável discussão em bioética sobre a disponibilidade ou indisponibilidade da vida. Quinto, a ideia de que a vida, ao incorporar todo este Mal contemporâneo, não tem condições para suportá-lo, e isso apesar da aparente consolação dada pela escrita e as artes, logo que a própria vida se aniquila pelo *suicídio*, entendido como ato supremo de apropriação da *zoé* pelo *bíos*, da “vida nua” pela vida demasiado humana que deve pensar-se junto com a morte.

Do desamparo à questão moral do suicídio

Retomemos as citações iniciais de Kertész. O que dizem? Essencialmente cinco coisas:

- 1) somos “infinitamente indefesos”, *desamparados* física e moralmente;
- 2) vivemos em situação de catástrofe e somos ao mesmo tempo agentes e pacientes desta;
- 3) para poder representar a catástrofe em que vivemos, e que também somos, o homem contemporâneo produziu uma forma “inigualável de arte”: a “arte particular” do assassinato; ou seja, uma *póiesis* que é ao mesmo tempo *práxis*, mas que não deve ser entendida como produção da vida material (a *póiesis*) e auto-produção do homem (a *práxis*) e, sim, como máquinas biológicas autopoieticas que são, ao mesmo tempo, dispositivos tanatopoiéticos;
- 4) um pensamento aparentemente enigmático: o único instrumento que temos para enfrentar tudo isso é nossa própria vida, ou seja, a vida é o que somos e temos ao mesmo tempo, tornando-nos sujeitos-objetos, razão dialogante e instrumental, o que aponta para a infindável discussão em bioética sobre a disponibilidade ou indisponibilidade da vida;

- 5) temos a ideia de que a vida, ao incorporar todo este Mal contemporâneo, não tem condições para suportá-lo, e isso apesar da aparente consolação dada pela escrita e pelas artes, logo que a própria vida se aniquila pelo *suicídio*, isto é, o ato supremo de apropriação da *zoé* pelo *bíos*, da “vida nua” – como a chama Giorgio Agamben (2002) – pela vida demasiado humana que deve pensar-se junto com a morte.

Mas, por que seríamos “infinitamente indefesos” física e moralmente, ou seja, desamparados ou desprotegidos? Esta situação existencial seria da ordem da essência (ou “natureza”) da condição humana (de sua finitude e mortalidade) ou da ordem das contingências que ainda afetam o “Humano demasiado humano” (para usar uma célebre expressão de Nietzsche), que poderiam, em princípio ser ultrapassadas? Falar em “essência” não soaria contra-intuitivo para o imaginário contemporâneo se pensarmos, por um lado, nas inúmeras críticas que cerceiam as noções de “essência” e de “natureza”, aplicadas ao humano, um ente prevalentemente poético, técnico e cuja *práxis* se inscreve na História e cria estórias? E se pensássemos também, por outro lado, nos progressos da tecnociência e da biotecnociência, que permitem vislumbrar a possibilidade de uma sociedade “sem dor” e até nossa imortalidade ou, pelo menos, uma vida centenária, senão milenar? Admitindo que tal possibilidade se realizasse, quais seriam as consequências éticas e políticas disso?

Como já escrevia Hannah Arendt no final dos anos 50, pensando nas experiências do nazismo, das bombas atômicas e do primeiro lançamento de um satélite no espaço:

[e]sse homem futuro, que segundo os cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana (...) por algo produzido por ele mesmo. Na há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar essa troca, tal como não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir a vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza (ARENDDT, 1991, p. 10-11).

Ademais, no campo dos meios que temos hoje para prescrever e proscriver comportamentos no âmbito da tecnociência e biotecnociência (como é, por exemplo, a rede formada pelos Comitês de Ética em Pesquisa, inclusive no Brasil), não existiriam, cada vez mais, ferramentas éticas e políticas para enfrentar os conflitos morais e éticos de nossa contemporaneidade e antecipar conflitos fu-

turos? Não teríamos, de fato, cada vez mais diretrizes nacionais e internacionais, assim como pessoas eticamente competentes para enfrentar os conflitos e dilemas morais envolvidos em nossas práticas com os outros seres vivos, embora isso não queira dizer que sejamos também moralmente mais competentes, pois podemos, muito bem, ter a teoria necessária, sabê-la e ser “especialistas” em ética e bioética, e não aplicá-la a nosso agir e interagir com os outros?

As respostas que podemos inferir a partir do texto de Kertész são essencialmente negativas: frente ao Mal radical que se espalhou no Século XX pelas práticas totalitárias, só temos, no final das contas, a solução do auto-sacrifício chamado suicídio.

Para tentar entender esta resposta de Kertész devemos lembrar três fatos importantes na biografia do autor húngaro, que dão sentido ao livro *Liquidação* (KERTÉSZ, 2003) e que mostram as possíveis razões da coerência entre sua visão do mundo (*Weltanschauung*) e sua “solução final”, que o leva a escolher, de modo coerente com tal visão, o suicídio. Primeiro, em 1944, adolescente com quinze anos de idade, Kertész, foi deportado nos campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald. Depois, a partir de 1956, já como cidadão adulto, viveu sob o totalitarismo de Stalin e nas condições existenciais da Guerra Fria, o que só acabou de vez com a caída do Muro de Berlim em 1989. Por fim, Kertész se suicidou pouco depois de ter ganhado o Prêmio Nobel de Literatura em 2002, por razões que lhe dizem respeito.

Auschwitz, Buchenwald e a ditadura stalinista, duas formas de totalitarismo, são certamente experiências de desamparo para quem as vivenciou em primeira pessoa, mas têm também um sentido para a humanidade toda, pois trata-se de dispositivos a serviço da práxis humana e de suas estratégias de poder dependentes da competência técnica e poiética. Como escreveu Berlin em 1988,

as tiranias totalitárias, tanto de direita como de esquerda” constituem um dos dois fatores (o primeiro sendo o “desenvolvimento das ciências naturais e da tecnologia”) que “modelaram a história humana no século XX” e que “nenhum dos pensadores sociais mais perspicazes do século XIX havia predito. (BERLIN, 2002b, p. 41).

Mas por que não foram previstos pelos “perspicazes pensadores sociais do século XIX”? As razões dadas pelo cientista político Berlin e o escritor Kertész são em parte similares e em parte bem diferentes.

Para Berlin, uma das razões é a transformação – já apontada por Maquiavel no *Príncipe* (1512/13) – dos paradigmas valorativos ao longo da história

humana, ou seja, “que nem todos os valores supremos buscados pela humanidade agora e no passado são necessariamente compatíveis uns com os outros” (BERLIN, 2002b, p. 47). A segunda razão é a vigência, que se tornou paulatina ao longo do século XX, de um “pluralismo cultural ou moral”, de acordo com o qual “há muitos objetivos diferentes que os homens podem buscar”, ainda que isso não exclua que eles sejam “plenamente racionais, plenamente homens, capazes de se compreender uns aos outros” e que seja impossível a “intercomunicação entre culturas no tempo e no espaço”, a qual “só é possível porque lhes é comum o que torna humanos os homens” (ibidem, p. 49-50). A terceira e, talvez, a mais importante é que as “colisões de valores fazem parte da essência do que são e do que somos”, sendo que

[s]e nos dizem que essas contradições serão resolvidas em algum mundo perfeito no qual todas as boas coisas podem ser em princípio harmonizadas, devemos responder, para aqueles que assim falam, que os significados por eles atribuídos aos nomes que para nós denotam os valores conflitantes não são os nossos significados. [Em outras palavras] um mundo sem conflitos de valores incompatíveis é um mundo completamente além de nosso conhecimento [e a] solução definitiva, em que todas as coisas boas coexistem, parece-me não ser apenas inatingível [mas] também conceitualmente incoerente, [além de ser] uma ilusão perigosa, [pois implica que] certamente nenhum custo será demasiado elevado (BERLIN, 2002b, p. 51-53).

Em suma, se, por um lado, “[a] única coisa de que podemos estar seguros é a realidade do sacrifício, dos moribundos e dos mortos” e “[s]e a crença antiga e perene na possibilidade de se alcançar a harmonia definitiva é uma falácia”, por outro, “os conflitos, mesmo que não possam ser evitados, podem ser suavizados [e as] reivindicações podem ser equilibradas, soluções de compromisso podem ser alcançadas” (ibidem, p. 54-55). Mas, para poder fazer isso, “[d]evem-se estabelecer prioridades, jamais finais e absolutas”, sendo que “[a] primeira obrigação pública é evitar os limites máximos do sofrimento”, ou seja, “um equilíbrio precário que impeça a ocorrência de situações desesperadas”, que é também “um equilíbrio inquieto (...) sob constante ameaça e em constante necessidade de reparo” e que o autor considera “precondição para sociedades decentes e comportamento moralmente aceitável” (ibidem, p. 55-57). Do contrário, “a busca da perfeição [se torna] uma receita para derramamento de sangue” e a este respeito Berlin cita o mote de Immanuel Kant “da madeira torta da humanidade, nada direito jamais foi feito” (ibidem, p. 56).

Já para Kertész, as atrocidades cometidas sob os regimes totalitários, em particular aquelas cometidas pelo regime nazista, são literalmente não simbolizáveis, são incompreensíveis. Embora não seja o primeiro a dizer isso em referência a Auschwitz (temos uma longa tradição poética e filosófica que inclui Primo Levi, Paul Celan e T. W. Adorno), Kertész faz um de seus personagens dizer sobre Auschwitz: “E os que lá estiveram também não conhecem Auschwitz. Auschwitz é outro planeta, e nós, os homens, os moradores da Terra, não temos a chave para decifrar o enigma compreendido pela palavra Auschwitz” (KERTÉSZ, 2005, p. 91).

Mas por que o desamparo é, além de físico, “moral”? Ou – tentando dar uma pista de leitura – por que a experiência “incompreensível” teria um sentido ou uma conotação “moral”? Antes de responder esta pergunta, devemos interpretar o que quer dizer que algo é “incompreensível”? Uma resposta vem da personagem Judith, quando responde à afirmação de Adam “Auschwitz não pode ser anulada” com “Auschwitz não existe” (ibidem, p. 100). Por que “não existe”? Certamente não porque não existiu o campo de extermínio chamado Auschwitz, como pretendem alguns revisionistas históricos. Em primeiro lugar, penso que queira dizer que não existe como evento no domínio do representável para alguém que não teve uma experiência pelo menos similar. Mas pode querer dizer algo mais, pois, para as próprias vítimas dos campos de concentração, que não morreram, a experiência não é representável, se entendermos a representação como uma operação feita por nós, mas referida a um “objeto” distinto de “nós”; ou seja, referido a uma entidade simbolicamente separável do sujeito da representação.

Afinal, Adorno dizia que Auschwitz constituiu o colapso do pensar e do representar, que escrever poesias depois de Auschwitz ter-se-ia tornado algo impossível moralmente, sobrando-nos tão somente a decência moral do silêncio. Ademais, muitos que passaram pelos campos de extermínio, não queriam falar sobre suas experiências. Por quê? Provavelmente porque, para as vítimas, falar “sobre” suas experiências seria algo insuportável, inclusive em situação analítica, na qual Auschwitz só poderia ser da ordem do “real” não semiotizável (para utilizar um termo introduzido por Jacques Lacan). É conhecido o caso do psicanalista Bruno Bettelheim que se suicidou sufocando-se com um saco plástico (algo que lembra as câmaras de gás). Em suma, algo inconcebível, sobrando tão somente *o suicídio como solução pelo mal recebido!* Como escreve o personagem B. (alter-ego do autor) na carta de despedida de Sara antes de se suicidar “[t]rigo em mim forças exterminadoras de um poder inacreditável, o mundo todo poderia ser destruído pelo meu ressentimento, para não dizer coisas nauseantes. Há tempos anseio somente pela minha extinção. (...) Anseio de peito aberto pela minha extin-

ção” (KERTÉSZ, 2005, p. 63-64). É esta a catástrofe, ao mesmo tempo interna e externa, representada pela experiência do autor-personagem de *Liquidação*, para quem, depois de este tipo de experiência, evidentemente repetível, “todo homem é portador de catástrofe” e para quem, também, “o caos se torna sua morada” (ibidem, p. 48).

Mas, no romance, B é também o autor de uma *História do Bem* que se desenrola no cenário de um campo de concentração nazista, uma “narrativa [que] contava que na vida, cujo princípio é o Mal, o Bem pode ser praticado, mas apenas ao preço do sacrifício da vida de quem o pratica” (KERTÉSZ, 2005, p. 40). O autor-narrador, antes de morrer, deixa o recado trágico-sarcástico “NÃO ME LEVEM A MAL! BOA NOITE!” (ibidem, p. 55).

Isto não quer dizer que esta “história do Bem” seja irrealizável e talvez indizível, visto que só se pode identificar com a aniquilação de seu autor? Ou é uma questão de coerência entre o enunciado e o enunciador? Uma espécie de *speech act* ou performativo que realiza o que afirma não só na linguagem, mas no próprio real, visto que a “morada” do homem é o caos, isto é, algo que impede distinguir o Bem do Mal e que acaba inexoravelmente realizando outro mal? Não esqueçamos que a palavra “morada” tem um sentido muito próximo da palavra grega *ethos*, que, em seu sentido originário indica a “guarida” ou a “casa” (segundo Heidegger), razão pela qual se o caos se torna a “morada” do homem, esta morada não pode mais amparar; ou seja, o amparo se confunde com seu antônimo, o desamparo. Morte do *ethos*, portanto. E morte da ética, também!

Em realidade, o autor admite, paradoxalmente, alguma forma de “representação” do Mal radical em duas ocasiões: na escrita e na arte. Em primeiro lugar, na escrita, quando escreve “[e]scritores (...) ‘se entregam ao mais profundo desespero’ para que eles próprios possam se controlar e seguir adiante” (KERTÉSZ, 2005, p. 88). Parece, portanto, que a escrita possa ser um amparo contra o pior, o que parece confirmado por toda a história da literatura se pensarmos nas legiões de poetas que escreveram para não morrer ou se suicidar. Mas, afinal, quando o sofrimento e a culpa são demais, os poetas acabam se suicidando como uma forma de “acusação contra a humanidade” (idem). Em segundo lugar, na arte, como seria o caso da arte contemporânea que, no entanto, é tão somente uma espécie de epifenômeno da realidade catastrófica ou “assassina”. Como escreve o autor-personagem “se examinássemos com mais cuidado a arte contemporânea, encontraríamos um único ramo dela que evoluiu a ponto de se tornar uma arte inigualável, a saber, a arte do assassinato” (ibidem, p. 92). De fato, a arte-assassinato

não é uma verdadeira representação, não é um mero “instrumento” para dizer algo sobre a experiência do assassinato. Para B. ela é experiência:

ele queria apreender Auschwitz em sua própria vida, em sua própria vida cotidiana, como a vivia. Desejava registrar em si próprio (...) as forças exterminadoras, a necessidade da sobrevivência, o mecanismo da submissão, como os antigos médicos, que injetavam neles mesmos o veneno para experimentar o efeito (KERTÉSZ, 2005, p. 91).

Téchne e phármakon que se confundem com a experiência...

Entretanto, o momento da representação é efêmero, pois, no fim, B. se dá conta de que “[m]inha imaginação foi insuficiente, meus instrumentos foram insuficientes, e não me consola que outros também não tenham encontrados os meios” (ibidem, p. 98). Isso lembra muito outro grande poeta, Paul Celan, que se suicidou em 1970 e para quem também não existiam palavras para descrever o impossível trabalho de luto da experiência do extermínio. Como as vítimas do Holocausto, as palavras do poeta, se tornam “cinzas” e “noite” (CELAN, 1999, p. 77).

O que sobra? A experiência de um saber antes da catástrofe, a testemunha do horror que sabe que este é indizível, embora possa, pelo ato extremo, mostrar ao mundo a catástrofe que nós nos tornamos. Como escreve Kertész “[m]as eu ao menos sei que o nosso único instrumento é também a única propriedade: a vida” (2005, p. 98). Uma conclusão aparentemente paradoxal, mas que não é tal, se consideramos a dupla identidade da vida: a de ser ao mesmo tempo a propriedade e o instrumento do proprietário agente. Isso levanta uma avalanche de perguntas, sobre as quais a ética e a bioética são chamadas a se debruçar, pois se referem, em substância, às discussões acerca dos dois princípios conhecidos como “princípio da sacralidade da vida” e “princípio da qualidade da vida”. A seguir vou delinear um possível caminho, ou seja, mostrar um primeiro papel da ética aplicada à moralidade do suicídio.

A ética aplicada, a bioética e o suicídio

E é aqui, na enigmática afirmação final de Kertész a seguir, que encontramos um indicio muito importante do ponto de vista da ética e da bioética. Com efeito, se a vida é o que vivemos e é vista como o que somos – “Amargo se colocava a pergunta de Hamlet, que para ele não soava como ser ou não ser, mas como sou ou não sou” (KERTÉSZ, 2005, p. 103), e “Para Amargo, a pergunta hamletiana não soava como ser ou não ser, mas como sou ou não sou” (ibidem,

p. 111) – mas, também, como instrumento de denúncia daquilo que o mundo é e nós somos nele e contra ele. Temos, inevitavelmente, outra pergunta que surge: será que, além da escrita, da arte “assassina” e do suicídio, existe alguma outra possibilidade de controlar a catástrofe em que vivemos e que nós nos tornamos? Ou seja, existe algo para além do fracasso da representação do Mal da vida? Em suma, existem meios para evitar que a catástrofe *necessariamente* se repita? Se perpetue indefinidamente?

Para Amargo, a resposta é não “porque vivemos segundo a lógica do mundo que nos é dada” (ibidem, p. 103). E para nós? Será que existe de verdade esta lógica determinista e trágica de um mundo dado e irreparável? Será que devemos nos resignar a esta lógica do mundo “que nos é dada”?

A resposta é difícil de ser dada e, de qualquer maneira, não pode mais ser dada *a priori*, pois vivemos em situação de urgência para a qual devemos encontrar alguma solução à sua altura, porém para a qual temos vários pontos de vista concorrentes. A ética é uma delas. A política é outra (como vimos em Berlin e Arendt). A religião uma terceira, mas não para aqueles que não acreditam em soluções deste tipo. E o suicídio – como vimos com Kertész – talvez uma quarta. Mas será que o suicídio é um “objeto” analiticamente comparável à ética, à política e, eventualmente, à religião? Provavelmente não, apesar do fato de que – como a ética, a política e a religião – o suicídio possa ter uma dimensão coletiva e manifeste uma força profunda e destruidora para a coletividade, pelo menos depois das experiências totalitárias metaforizadas por Kertész. Parece um caos!

Retomando o título deste ensaio e dando um passo adiante, pode-se perguntar: qual é o tipo de contribuição que a ética histórica pode dar à jovem bioética, quando esta for entendida, por alguns, como ética da indisponibilidade (ou “sacralidade” como preferem alguns bioeticistas) da vida e, por outros, como ética da “qualidade da vida”? Esta oposição de princípios é uma das dicotomias fundamentais da bioética, isto é, a oposição entre aqueles que o bioeticista Maurizio Mori chama *princípio da sacralidade da vida* e *princípio da qualidade da vida*.

Esta oposição talvez permita esclarecer a expressão enigmática de Kertész, para quem a vida é simultaneamente “propriedade” e “instrumento”. Só que agora a questão mudou de contexto e, também, de significado, pois podemos entender estas palavras “propriedade” e “instrumento” de duas maneiras diferentes.

No caso da vida ser considerada uma “propriedade”, podemos entendê-la como propriedade de algum ser (ou pertencente ao Ser de Heidegger), portanto não objetivável por mim, não instrumentalizável por mim, logo algo que não me pertence e ao qual pertenço (caso no qual vale a pergunta do Hamlet de Shakes-

peare “ser ou não ser?”). Ou então é minha propriedade e posso fazer dela o que eu quiser (no sentido de Amargo quando, reformulando a pergunta de Hamlet, se pergunta “sou ou não sou?”), inclusive tirando minha própria vida (mas não aquela do outro, que nunca é propriedade minha).

O mesmo tipo de raciocínio vale para o caso da vida ser considerada um “instrumento”, pois pode ser instrumento meu no sentido de eu dispor de minha vida e de minha saúde para satisfazer meus sonhos, meus desejos, vícios ou virtudes. Mas pode ser também um instrumento nas mãos de terceiros, da mesma forma como a vida de terceiros pode ser um instrumento em minhas mãos. E é neste tipo de casos – ou seja, quando temos uma estrutura formada por entes como um “eu” e um “outro” – que temos as condições para poder falar, com pertinência, em ética. Nesses casos, inevitavelmente estaremos no campo da ética, pois a ética tem como objeto de estudo a práxis humana que sempre implica uma estrutura formada por um eu e um outro – ou um “tu” em determinadas condições – que se objetivam e se transformam na e pela práxis humana. De fato, a ética é um exame sistemático deste tipo de estrutura, de suas dinâmicas práticas e de suas conseqüências.

Conclusão

Qual seria o lugar da ética aplicada e da bioética para pensar estas questões? Trazendo outra citação de Isaiah Berlin,

O pensamento ético consiste no exame sistemático das relações dos seres humanos entre si, nas concepções, nos interesses e ideias que originam o mundo humano de uns tratarem os outros, e nos sistemas de valor em que esses objetivos de vida se baseiam (BERLIN, 2002b, p. 42).

Mas a ética tem ainda outra função, negada por Kertész e não destacada suficientemente nas citações de Berlin: a *função normativa*. Pelo menos em sua vertente de ética aplicada, a qual, além de ser um exame sistemático dos comportamentos humanos que envolvem terceiros do ponto de vista dos valores que sustentam os interesses e as práticas implicadas, pretende também, depois desta análise sistemática, dizer o que é melhor, ou pior, fazer numa situação determinada, de acordo com a cogência da argumentação que sustenta a proposta.

Por isso, distinguimos uma ética meramente teórica que de fato é uma metaética, ou seja, uma parte da ética, de uma ética que é, ao mesmo tempo, teórica e prática, ou seja, a ética propriamente dita e que inclui, em sentido estrito, a metaética.

Mas dizendo isso, abre-se outra possibilidade de sentido, pois, ao dizer que a ética é teórica e prática, *descritiva e prescritiva* (como se diz tecnicamente), surge a pergunta se a “praticidade” da ética implica algo mais concreto do que a mera formulação de uma normatividade. Acho que sim, e é isso que tentei fazer ao propor uma “bioética da proteção” (ou “ética da proteção” como prefere Miguel Kottow) e outros tentam fazer postulando uma “bioética da intervenção”.

Concluindo, o que pode dizer a bioética sobre o suicídio? Responderei de uma maneira que só pode ser, também, enigmática, citando o aforismo 88 de *Humano, demasiado humano* de Nietzsche (2005, p. 64):

Impedimento do suicídio. – Há um direito segundo o qual podemos tirar a vida de um homem, mas nenhum direito que nos permita lhe tirar a morte: isso é pura crueldade.

Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *Che cos' è un dispositivo?* Roma, Edizioni Nottetempo, 2006.

ARENDET, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 10-11, 1991.

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. *A busca do ideal*. In: *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

CELAN, P. *Stretto in Cristal*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

KERTÉSZ, I. *Liquidação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano. Um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHRAMM, F. R. *Bioética da proteção. Justificativa e finalidades. Iatrós*, I: 121-130. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2005.

■.....**Fermin Schramm** é bioeticista, PhD em Ciências (FIOCRUZ) pesquisador titular de Ética Aplicada e Bioética da Escola Nacional de Saúde Pública e Coordenador do Curso de Especialização em Bioética da FIOCRUZ.

■ Saúde do trabalhador no governo Lula

.....Mônica Simone Pereira Olivar

A Saúde do Trabalhador revela um momento de viabilização das conquistas obtidas no plano jurídico–institucional que abrangem direitos garantidos na legislação, mas que, na prática, ainda encontram dificuldade para sua efetivação, tendo em vista que esbarram no contexto da política neoliberal de desmonte do serviço público, assim como na conjuntura de retração do movimento organizado dos trabalhadores.

Apesar da consolidação do conceito de saúde como direito do cidadão e dever do Estado e das conquistas jurídico-institucionais (Constituição Federal de 1988 e lei Orgânica da Saúde/ Leis 8.080/90 e 8.142/90), a política de saúde no Brasil, a partir dos anos 1990, passa por momentos distintos pós-Reforma Sanitária. Num primeiro momento, as proposições de saúde como direito social e o SUS (Sistema Único de Saúde) são questionados pela ideologia conservadora e, num segundo, aparecem propostas de normatizações visando consolidar a *contra-reforma do Estado no âmbito das políticas sociais* (BEHRING, 2003; GRANEMANN, 2007) e, conseqüentemente, *na saúde* (BRAVO, 2007).

A análise feita por diversos autores com relação ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva é que se *expressa não só a continuidade, mas o aprofundamento da orientação macroeconômica da era FHC* (BRAZ, 2004; NETTO, 2004; BRAVO, 2004; SADER, 2004; LESBAUPIN, 2003; BENJAMIM, 2003; GONÇALVES, 2003).

Pode-se afirmar que as propostas e reformas defendidas pelo governo Lula após o seu primeiro governo, dão sequência à *contra-reforma do Estado* iniciada na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com uma diferença fundamental, conforme coloca Braz (2007): tanto o Governo Lula I quanto o II desfrutam de um elemento que inexistia em FHC I e II: uma ampla base política (mídia, parlamento, classe média, burguesia nacional e internacional, segmentos organizados da classe trabalhadora) empresta à *contra-reforma* tocada por Lula a marca da legitimidade popular.

Principalmente por que a sua base política é deslocada e ampliada para os segmentos das classes mais pauperizadas⁷⁸ por meio de programas compensa-

78 Tavares Soares (2004), ao analisar o programa social “Fome Zero” no início do Governo Lula, ratifica que os programas sociais do seu governo têm o propósito de selecionar “cliente-

tórios e de políticas sociais focalizadas, como o Bolsa Família⁷⁹, que foi o “carro-chefe” da sua primeira gestão e reeleição. Ilustra esta assertiva o resultado de pesquisas de opinião sobre a popularidade de Lula no patamar de 80%, apresentada pela mídia, em meio à crise de dimensão global que assola a cena econômica mundial desde setembro de 2008⁸⁰.

A Política de Saúde é apresentada no programa de governo como direito fundamental e explicita-se o compromisso em garantir acesso universal, equânime e integral às ações e serviços de saúde. Entretanto, a concepção de Seguridade Social não é assumida, assim como o projeto de reforma sanitária. Apresentam-se, pelo contrário, proposições que são contrárias ao projeto como a adoção de um novo modelo jurídico-institucional para a rede pública de hospitais: a criação de Fundações Estatais⁸¹ (BRAVO, 2007).

las” por corte de renda baseado em “linhas de pobreza”, promovendo um “cadastramento de pobres”. Neste sentido, a focalização do gasto social nos “mais pobres” não apenas deixou de fora uma parcela dos “antigos” pobres como não incluiu os “novos pobres”. De acordo com a mesma autora, os programas focalizados desse modo são a “antipolítica social”, na medida em que exigem comprovação de pobreza – o que permite sua “inclusão” não por direito de cidadania, mas por ser mais “pobre” do que o vizinho.

79 O Bolsa Família é um programa de transferência que foi criado em 2003, com o desafio de combater a miséria e a exclusão social, através da unificação de todos os programas sociais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação [Fome Zero] e Auxílio-Gás) e a criação de um cadastro único de beneficiários.

80 A crise teve início no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Com crédito farto e juros baixos, os imóveis do país sofreram alta valorização, causando refinanciamento de hipotecas. Para captar dinheiro, os bancos criaram um tipo de nota promissória, chamada título lastreado em hipotecas, e venderam para investidores que também passavam seus juros. Outras instituições passaram por problemas semelhantes, à beira de quebrar em meio à crise. E para ir contra a tendência de falência dos centros financeiros, o congresso dos EUA aprovou a intervenção do Estado, com plano de ajuda de US\$ 700 bilhões.

81 A proposição para a saúde é transformar os hospitais públicos em Fundações Estatais, onde o regime seria de direito privado; a contratação dos trabalhadores de saúde via CLT (acabando com o Regime Jurídico Único – RJU); o Plano de Cargos, Carreira e Salários seria por fundação (não considerando a luta por Plano de Cargo, Carreira e Salários dos trabalhadores do SUS) e o controle social é substituído pelo conselho curador ou administrativo, conselho fiscal e conselho consultivo social. Este projeto foi rejeitado pelo Conselho Nacional de Saúde em reunião realizada em junho de 2007. O projeto de Fundação Estatal é também abordado no texto de Sara Granemann (2007). A autora analisa o projeto de Fundação Estatal como uma proposta de contra-reforma do Estado no âmbito das políticas sociais que afeta os interesses e os direitos dos trabalhadores e tem como fetiche a grande empresa.

Coaduna com isto o fato de que tanto no governo Lula I quanto no II vem ocorrendo a redução do padrão de proteção social à assistência social, e o tripé inerente a Seguridade Social – saúde, previdência e assistência – é redimensionado em uma política focalista e seletiva.

Alguns gestores defendem que o SUS foi concebido enquanto sistema e, assim sendo, constitui-se em eixo estruturador das políticas sociais e aglutinador de políticas públicas intersetoriais em todas as suas interfaces Estado-sociedade. Esta concepção, entretanto, abre margem a equívocos como vem acontecendo hoje com a implementação e gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social (também concebido como sistema) em alguns municípios, reduzindo a Seguridade Social às políticas sociais setoriais⁸².

A consolidação da Seguridade Social é o resultado da unificação das políticas públicas, da formulação de uma política intersetorial e, sobretudo, da garantia da universalização e acesso aos direitos, tal como aos serviços de promoção e prevenção à saúde, aos benefícios previdenciários e aos programas assistenciais.

A seguridade social brasileira instituída pela Constituição Federal de 1988⁸³ está em grande medida imbricada e condicionada pelo acesso ou exclusão a um emprego. Neste sentido, apesar de apresentar caráter inovador e tencionar compor um sistema ou um padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência)⁸⁴ (BOSCHETTI, 2004).

Assim se desenhou a história da Saúde do Trabalhador no Brasil. Um campo político tensionado por incompreensões e resistências intra e intersetoriais, o que é ilustrado por um quadro institucional igualmente híbrido, constituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social e Ministério da Saúde, revelando a fragmentação histórica em suas ações.

82 Sobre este debate, vide o artigo de Rodrigues (2007).

83 Muito mais amplo que as conquistas registradas na Carta Magna de 1988, o conceito de seguridade social que fundamenta as reflexões e posicionamentos políticos das entidades representativas da categoria (Enesso, Abepss, CFESS-CRESS) compreende todos os direitos sociais previstos no Art. 6 da Constituição Federal (além do tripé assistência/saúde/previdência, a educação, trabalho, moradia, lazer e segurança) a serem assegurados por um sistema de proteção social que, superando a lógica contratualista do seguro social, avance na instituição de uma noção de cidadania com direitos amplos, universais e equânimes (BOSCHETTI, 2004).

84 Importantes pesquisadores do tema conceituam a Seguridade Social de forma diferenciada: seguridade social tardia ou retardatária (SOARES, 2000), inconclusa (FLEURY, 2004), híbrida (BOSCHETTI, 2004).

Não obstante este contexto histórico, hoje, a atenção à saúde do trabalhador encontra-se inserida na agenda pública de discussão da política de saúde, conforme discutiremos a seguir.

A Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador

Em 2003, início da gestão Lula, foi concebida a Área Técnica de Saúde do Trabalhador (denominada COSAT), no âmbito da Secretaria de Assistência do Ministério da Saúde. A COSAT tem como principal estratégia a reformulação e a implementação da Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador – RENAST⁸⁵, como “estratégia de indução” à descentralização da contraditória Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador através da Portaria n° 1679 do Ministério da Saúde.

A Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), consignada na Portaria n° 1.679 de 19 de setembro de 2002 e ampliada com a Portaria GM/MS n° 1.068 de 04 de julho de 2005, ambas emitidas pelo Ministério da Saúde, é composta de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador⁸⁶ – CEREST, Serviços Sentinela de Saúde do Trabalhador⁸⁷ e Municípios Sentinela em Saúde do Trabalhador e está organizada como rede nacional de informação e práticas de saúde através de ações assistenciais, de vigilância e promoção da saúde, nas linhas de cuidado da atenção básica, de média e alta complexidade ambulatorial, pré-hospitalar e hospitalar, sob o controle social, nos três níveis de gestão do SUS. Apesar das críticas e dos desencontros institucionais observados no processo de elaboração desse instrumento, em particular em função da ênfase em ações assistenciais, a portaria foi apoiada pelos profissionais e técnicos dos CEREST

85 O processo de municipalização supõe a decisão municipal de aderir à política federal de saúde para deste modo obter o montante de recursos previstos para cada condição de gestão. É necessário para tanto adequar-se às normas federais. O Ministério da Saúde, através da Portaria n° 1679, incentiva a criação de centros de referência, para cuja habilitação torna-se necessária a apresentação do Plano Estadual de Saúde do Trabalhador – PEST, com o objetivo de credenciar o estado na Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST e habilitar-se para receber os recursos financeiros do Ministério da Saúde. Pela proposta de Brasília, cada município, de acordo com o seu perfil, é considerado A, B ou C. O Centro Estadual seria C, e contaria com um repasse mensal de R\$ 40 mil e R\$ 50 mil para incentivo de implantação.

86 Nos últimos quatro anos houve crescimento do número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) habilitados, de 17 para 167.

87 A Rede Sentinela corresponde a serviços de assistência à saúde indicados para executar procedimentos, diagnósticos, tratamento e notificação compulsória dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Atualmente estão habilitadas 836 unidades sentinelas.

e setores do movimento dos trabalhadores, que reconheceram na iniciativa uma oportunidade de institucionalização e fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS (DIAS e HOEFEL, 2005, p. 821). Pela primeira vez seria possível contar com um financiamento extra-teto das ações, vinculado à operacionalização de um Plano de Trabalho de Saúde do Trabalhador, em nível estadual e municipal.

No entanto, as divergências conceituais assinaladas não foram superadas, conforme sinaliza Fadel de Vasconcelos (2007). Ao contrário, observa-se que a RENAST vem se consolidando cada vez mais como pólo assistencial, por isso corre o risco de consolidar seus centros como ambulatórios especializados. Ainda de acordo com este mesmo autor, o foco assistencial das práticas, além de gerar paralelismo com os equipamentos assistenciais já instalados, propicia que a rede se sinta desobrigada de prestar a assistência devida. Uma vez que exista um atendimento específico, os profissionais da rede tendem a encaminhar os trabalhadores para os CEREST, especialmente no caso de acidentes de trabalho e doenças mais visivelmente relacionadas ao trabalho. Além disso, a sobrecarga de trabalho trazida pela prática assistencial aos técnicos dos CEREST sufoca a possibilidade de redirecionamento para atividades de planejamento, processamento de informações, vigilância, ensino, pesquisa e, principalmente, articulação intra e transsetorial, em especial com as instâncias de controle social.

Conferências: o controle social democrático da Saúde do Trabalhador


Além da RENAST, destacou-se também no atual governo, em relação à Saúde do Trabalhador, a convocação da Terceira Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador – III CNST – pelos três Ministérios: Saúde, Trabalho e Emprego e Previdência. A Terceira Conferência, cujo tema central foi “*Trabalhar sim, Adoecer não*” realizou-se em Brasília no período de 24 a 27 de novembro de 2005, passados onze anos da Segunda CNST. As três CNST, respectivamente realizadas em 1986, 1994 e 2005, configuram-se em espaços estratégicos de formulação de propostas e lócus do fazer político concebido, na acepção gramsciana, enquanto espaço contraditório e de conflitos, onde diferentes interesses estão em debate, contestação e disputa.

O controle social democrático⁸⁸ se dá por meio de diversos mecanismos como conselhos de políticas públicas e de direitos, plenárias temáticas, orçamento participativo, audiências públicas, Ministério Público, órgãos de defesa do consu-

88 A categoria controle social tem sido historicamente entendida como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição Federal, é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais (SOUZA & BRAVO, 2002).

midor, meios de comunicação, conselhos profissionais, plebiscitos, fóruns e conferências sobre essas políticas públicas (BRAVO, 2001; SOUZA & BRAVO, 2002).

A Terceira Conferência foi presidida pelo Ministro de Estado da Saúde e teve como objetivos propor diretrizes para efetivar a ação articulada dos órgãos setoriais do Estado na execução da política definida e para a ampliação e efetivação do controle social. A Conferência trouxe para o debate, através de seus textos de preparação, elementos conceituais contraditórios com feições regressivas que carecem de um debate fecundo. Ora, nada mais estranho ao espírito do SUS do que a concepção de Saúde do Trabalhador adstrita a categorias como “Segurança do Trabalho”, “desenvolvimento sustentável”⁸⁹; “rede e municípios sentinelas”.

Ressalta-se que, neste contexto, ao adotar a expressão “*Trabalhar sim, Adoecer não*” como tema central, de pronto se retira a ênfase de uma política nacional direcionada à área, ao contrário das duas conferências anteriores. O foco na doença (“*adoecer não*”) é de duvidosa interpretação para a sociedade do ponto de vista da análise do modelo de organização dos processos produtivos. O binômio trabalho-doença, embora protagonista em sua relevância para a vida e saúde dos trabalhadores, afunila, ainda que simbolicamente, e direciona para a medicalização da relação trabalho-saúde, cultura hegemônica de caráter antagônico ao da saúde do trabalhador (VASCONCELOS, 2007). Coaduna-se com essa representação simbólica a utilização da expressão ‘*segurança*’ no documento interministerial *Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador* que integra os textos de apoio para a III CNST. 

Não obstante este **questionamento** é importante frisar que a III CNST possibilitou que se refletisse sobre o mundo do trabalho e saúde, com seus matizes regionais e que fossem definidas 360 resoluções para seu enfrentamento. A Conferência mobilizou cerca de 100 mil pessoas do Brasil inteiro. Foram 1241 encontros municipais e regionais realizados em todo país no período de setembro a novembro de 2005, contando com a participação de 1380 delegados. Entre os participantes estavam usuários do SUS, associações, sindicatos, movimentos populares, traba-

89 O discurso do desenvolvimento sustentável esvazia conteúdos ideológicos historicamente consolidados, caso da luta de classes e da relação capital-trabalho. A ideia de sustentabilidade foi se consolidando como uma nova concepção de desenvolvimento, centrada fortemente nas variáveis ambientais, mas introduzindo variáveis de caráter econômico, social, político e ético. Um aspecto relevante é que o capital passa a se dividir conceitualmente em capital financeiro e capital social. Em outras palavras, na medida do aprofundamento das sociedades de mercado e de expansão mundial do capitalismo, o capital social, pouco a pouco, vai sendo incorporado ao próprio conceito de capital, mitigando o seu significado e ideologia de exploração, acumulação e exclusão, para ganhar um novo significado simbólico de valorização humana.

lhadores informais e profissionais da saúde, fiscais do trabalho e peritos da previdência. O principal avanço da conferência é ter tido a chance de discutir com diversos setores da sociedade que antes não haviam sido incluídos neste processo de saúde do trabalhador, como por exemplo as associações de moradores.

Considerações Finais – Limites e desafios

O panorama da Saúde do Trabalhador configurado na contemporaneidade, aqui despreziosamente traçado, suscita algumas indagações. A partir do que foi discutido, é possível alinhar algumas considerações, sem a pretensão de avaliar conclusivamente.

A atenção à Saúde do Trabalhador é operacionalizada, na conjuntura atual, pela implementação da RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, concretizada no esforço atual de estruturação do seu eixo estratégico: a rede nacional de CERESTs – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Entretanto, é importante pontuar alguns embates e enfrentamentos no que se refere à Saúde do Trabalhador na atualidade:

Hoje, na saúde, dois pólos se contrapõem – o Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto Privatista (BRAVO & MATOS, 2001). O atual governo ora fortalece o primeiro projeto, ora mantém a focalização e o desfinanciamento, características do segundo projeto (BRAVO & MATOS, 2004).

Nota-se que a Saúde do Trabalhador não foi estabelecida como prioridade no Pacto Gestão proposto pelo Ministério da Saúde – que norteará, daqui para frente o processo de implementação do SUS, em todo o território nacional –, e isto em um contexto de estruturação ainda incipiente da RENAST. Apesar de reconhecida a COSAT – Área Técnica de Saúde do Trabalhador ter se ampliado e se fortalecido na atual gestão, concomitantemente com a atual gestão democrático-popular do governo federal, ela não acumulou suficiente força para superar a fragilidade institucional histórica que moldou o seu processo de desenvolvimento.

Percebe-se nesta conjuntura a “fragilidade institucional histórica” da COSAT; a dispersão e insuficiente articulação, em nível nacional, dos sindicatos de trabalhadores, das organizações de trabalhadores e demais movimentos sociais interessados por este problema; e a “refratariedade institucional”, manifesta em todos os níveis de gestão do SUS, em incorporar a Saúde do Trabalhador na sua agenda.

Evidencia-se o enfraquecimento e pouca capacidade de pressão dos trabalhadores da saúde, sindicatos, movimentos sociais, identificando a falta de qualificação das demandas, diante dos desafios apontados pelo processo de *contra-reforma* na saúde pública;

Constata-se que a ausência de um foco para a descentralização das ações no Estado criou um vazio no campo da Saúde do Trabalhador, pois nunca houve prioridade a este campo por parte do setor Saúde.

Nas ações predomina a dicotomia entre preventivo e assistencial, o que é historicamente constatável através da fragmentação das ações em sua competência institucional, cabendo aos Ministérios da Saúde e da Previdência Social as ações assistenciais e exclusivamente ao Ministério do Trabalho e Emprego as ações de fiscalizações dos ambientes de trabalho;

Destaca-se a pouca visibilidade dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, especialmente no que diz respeito à falta de dados, sendo este um problema histórico e que se inscreve no rol de prioridades da RENAST, materializadas na notificação compulsória dos agravos a saúde dos trabalhadores, conforme publicação da Portaria 777 de 28 de abril de 2004 e do Sistema de Informação SINAN-NET, mas que ainda não teve adesão dos serviços e gestão da saúde, como deveria.

Percebe-se ainda uma brutal diferença entre os números oficiais e reais de acidente de trabalho. Servidores públicos e trabalhadores informais que somam cerca de 50% da população ocupada não entram nas estatísticas oficiais de acidentes e doenças do trabalho em virtude da lógica financeira das notificações: como só as empresas pagam o Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), somente os trabalhadores celetistas entram nas estatísticas da Previdência e do Ministério do Trabalho.

Neste cenário, considera-se fundamental a defesa das propostas do Projeto de Reforma Sanitária construído nos anos 1980 e a mobilização e luta dos movimentos sociais. A Saúde do Trabalhador se inscreve no âmbito da participação e co-gestão das políticas públicas. Cabe frisar que é importante coletivizar a questão trabalho e saúde para superar as atividades técnico-burocráticas e estruturar ações técnico-políticas. É preciso resgatar o campo político da Saúde do Trabalhador, tendo a clareza de que “a saúde do trabalhador é a expressão concreta das relações sociais” (FREIRE, 1998) e que o recrudescimento das condições de trabalho que atingem o trabalhador é uma das expressões da questão social.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

BENJAMIM, César. Economia Brasileira e Política Econômica. In: *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. UFRJ / Escola de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n 79, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei Orgânica da Saúde nº 8080* de 19 de setembro de 1990 – Brasília, 1991.

_____. *Lei Orgânica da Saúde nº 8142* de 28 de dezembro de 1990 – Brasília, 1991.

_____. *Portaria nº 1.679 - RENAST*, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002 Dispõe sobre a Estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS e dá outras providências. DOU nº 183 – Seção 1, Sexta-feira, 20 de setembro de 2002.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do (a) Trabalhador (a) – COSAT. *Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador*. Brasília, novembro de 2004.

_____. *3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador - Trabalhar sim, adoecer não - Textos de apoio / Coletânea nº 1*. Brasília, 2005.

BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Política de Saúde no Governo Lula: Algumas Reflexões. In: *Revista Inscrita / CFESS*. Brasília, 2004.

_____. Política de Saúde no Governo Lula In: BRAVO, M. I. S. et al. (org). *Política de Saúde na Atual Conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Castro de. A Saúde no Brasil: Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal. In; BRAVO, M. I. S. & PEREIRA, Potyara A. P. (orgs). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. Reforma Sanitária e Projeto Ético-Político do Serviço Social: Elementos para Debate. In: Bravo, M. I. S. et al. *Saúde e Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BRAZ, Marcelo. O Governo Lula e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 78, 2004.

DIAS, Elizabeth Costa; HOEFEL, Maria da Graça. O Desafio de Implementar as Ações de Saúde do Trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 817-828, 2005.

FADEL DE VASCONCELOS, Luiz Carlos. *Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: apontamentos para uma política de Estado*. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, FIOCRUZ.

FREIRE, Lúcia M. B. O Serviço Social e a Saúde do Trabalhador diante da Reestruturação Produtiva nas Empresas. In: MOTA, Ana E. (org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. Lula: aposta perdida. In: *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. UFRJ / Escola de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2003.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de Estado do capital. In: BRAVO, M. I. S. et al. (org.). *Política de Saúde na Atual Conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

LACAZ, F. A. C. Saúde dos Trabalhadores: Cenário e Desafios. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: ENSP, v. 13, supl. 2, 1997.

LESBAUPIN, Ivo. Governo lula: um balanço do primeiro ano. In: *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. UFRJ / Escola de Serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2003.

NETTO, José Paulo. A Conjuntura Brasileira: O Serviço Social posto à Prova. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da Seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo; Cortez, n. 91.2007.

SADER, Emir et al. *Governo Lula - decifrando o enigma*. Editora Viramundo. São Paulo, 2004.

SOUZA, Rodriane de Oliveira; BRAVO, Maria Inês Souza. Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. In: *Ser Social* 10. UnB. Brasília, 2002.

TAVARES SOARES, Laura. O Programa Fome Zero. In: SADER, Emir et al. *Governo Lula - decifrando o enigma*. Editora Viramundo. São Paulo, 2004.

■.....**Mônica Simone Pereira Olivar** é Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2000) e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006), onde desenvolveu estudos na área de Saúde do Trabalhador e Serviço Social analisando as condições de trabalho dos profissionais de saúde em um hospital de alta complexidade do município do Rio de Janeiro. Atualmente é assistente social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando na Coordenação de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social e no Projeto de Extensão “Atenção à Saúde do Trabalhador nas Instituições Públicas” coordenado pela profa. dra. Cecília Paiva Neto Cavalcanti.



Resenha

Commonwealth: Amor e Pós-capitalismo

Antonio Negri e Michael Hardt
Harvard University Press, 2009

Bruno Cava

Déjeme decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor.

Ernesto Guevara

Antônio Negri esteve no Brasil em 2003, na sua primeira viagem internacional depois de ser libertado da prisão, após cumprir pena na Itália por sua militância nos anos 1970. Durante a década, fez outras viagens à América do Sul, para conhecer de perto os movimentos de transformação catalisados pelos governos de esquerda no Brasil, na Argentina e na Bolívia. Nessas ocasiões, ofereceu palestras, participou de congressos, foi entrevistado pelo programa Roda Viva, dividiu mesa de debates com Gilberto Gil, defendeu sem papas na língua o governo Lula e lançou um livro em que discute diretamente a realidade social latino-americana (“Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada”, 2005, em co-autoria com Giuseppe Cocco).

Não me esqueço de uma passagem marcante de uma dessas vindas. À noite, no bairro de Santa Teresa (Rio de Janeiro), fora do circuito oficial de eventos acadêmicos, Negri preleciona-

va para um círculo de conhecidos sobre as nuances políticas de seu sistema-mundo. Lá pelas tantas, um artista performático presente interrompeu-o com impaciência: “Tá bom, Toni, mas agora fala um pouco do amor! Do amor!”. Tinha tudo pra resultar em saia-justa, mas o filósofo italiano prontamente passou a discorrer sobre o conceito de amor e sua importância capital dentro do pensamento de esquerda. Impressionou os presentes.

Tomando a sua obra, chega-se à conclusão de que não poderia ser diferente, pois o amor atravessa-a de ponta a ponta. Bebendo da inesgotável filosofia de Spinoza, em “Anomalia Selvagem” (1981) o amor já aparece como constituinte da potência revolucionária, a partir da multiplicação do desejo (cupiditas) e da força em desenvolvê-lo (vis). Tema desenvolvido posteriormente em dezenas de livros, muitos dos quais traduzidos para o português, como O Poder Constituinte, De volta, Kairós, Alma Vênus, Multidão, O Trabalho de Dioniso, Adeus Sr. Socialismo, entre outros.

Nesse projeto, Commonwealth se propõe a inventar um novo amor.

Último livro da trilogia escrita a quatro mãos com Michael Hardt, – sequenciando Império (2000) e Multidão (2004), – o livro saiu pela Harvard University Press no ano passado e ainda aguarda versão em português. O título não deve ser traduzido por Co-

munidade, mas por Comum – mas bem poderia ficar Amor e Comum. De fato, os autores declaram que o amor é essencial para a filosofia e a política. Sem ele, e sem a arte dos bons encontros que o favorece, não se pode falar em libertação e democracia. Constituir um novo homem e uma nova sociedade implica radicalizar o amor – no comum de formas de vida, bens, afetos, imagens e conhecimentos. “O amor é uma força econômica.” O amor não tem medida, é só excesso, vence a morte e opera a revolução, como princípio da organização (política) da produção. Eis aí síntese cúpida do livro de 433 páginas.

Para fazer bom proveito de Commonwealth, não é preciso recorrer à obra pregressa da parceria Negri e Hardt. O livro arremata os dois anteriores e amadurece as suas questões, problemas e conceitos. Se o robusto estofo filosófico é assegurado pelo intelectual padovano de 76 anos, a prosa fluida, simples e atlética é tributária de Michael Hardt – professor de literatura de língua inglesa. Indicado, portanto, para quem desgosta de penosos e herméticos livros de filosofia e concorda com Ortega y Gasset: “a clareza é a cortesia do filósofo.” Hardt, por sinal, é autor de uma das mais límpidas introduções ao pós-estruturalismo francês (Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia, 1993).

Um amor que mobiliza a cidade dos homens é combinação

produtiva de desejos e afetos,
passa longe da família, carreira
profissional e nação

Voltando ao texto, Commonwealth resgata Dante e sua noção de *vita nuova*. Esta se realiza na comunhão de amor que mobiliza a cidade dos homens em busca da autonomia, da riqueza e da igualdade. Amor nada sentimental, que se desdobra ética, estética e politicamente. Cupidez que é causa e consequência, em ciclo virtuoso, da liberdade e potência de cada um, na sua combinação produtiva de desejos e afetos. Portanto, amor que passa longe da família, da carreira profissional e da nação – três vilões a bloquear o comum e expropriá-lo em nome de felicidades atrofiadas, impotentes e socialmente desiguais. A família corrompe-o pela exclusividade afetiva, hierarquia paternal, narcisismo filial e mecanismos de transferência de propriedade. A carreira profissional compromete-o pela alienação do trabalho, o individualismo, o controle patronal e a concepção unidimensional de tempo. E a nação pela homogeneização das diferenças, a imposição das majorias, a xenofobia intrínseca e os ideais abstratos de glória, sacrifício e destino coletivo.

Com efeito, todo o último livro da trilogia pode ser lido como uma sinfonia, pautada pela repetição de motivos rítmicos e melódicos, ao redor do tema do amor revolucionário. Isto é, do comum. Commonwealth consiste as-

sim num tratado de democracia radical, numa reedição contemporânea da Política arquetípica, dividida em seis partes densamente discursivas, entremeadas por seis ensaios mais leves e de imaginação livre (*De Corpore*, *De Homine* e *De Singularitate*, cada qual subdividido em dois capítulos). A orquestração retorna muitas vezes às mesmas cadeias argumentativas, porém sobre territórios discursivos diferentes, que vão da ontologia à antropologia, da filosofia da história à geopolítica, da ética à economia política. Logo, corta em diagonal os campos do conhecimento, em total transdisciplinarietà.

É impróprio falar em influências teóricas do livro, uma vez que não há compromisso com rigor exegético. Deliberadamente. Na realidade, perspectivista, o texto mobiliza autores amiúde contra eles mesmos. Trata-se de achar o devir minoritário do pensador que serve de referência. Esse conceito de Gilles Deleuze designa o procedimento de seleção de linhas conceituais periféricas, ocultas, menores no sistema de outro autor – o ponto de fuga é então, por assim dizer, repatriado em nova perspectiva.

Por isso, comparece em *Commonwealth* um Karl Marx minoritário, extraído não da vasta ortodoxia socialista, mas dos marxianos *Grundrisse* – cadernos manuscritos, volumosos e não-publicados em vida, onde o autor aponta outras direções a seu pensamen-

to. Daí a sintonia da obra com o materialismo transformador, a análise fina do estatuto do trabalho (atualmente pós-industrial) e a recusa à república da propriedade e aos direitos burgueses. Mas, ao mesmo tempo, a dissintonia com a dialética histórica, a teleologia da ditadura do proletariado e teorias do colapso do capitalismo como evento transcendente, que vem de fora para abolir as classes por decreto.

Estas teorias, aliás, são enfrentadas logo na primeira parte, sob a legenda discurso apocalíptico. Os autores têm como alvo principal o filósofo Giorgio Agamben – autor dos hits acadêmicos *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (1995) e *Estado de exceção* (2003), – para quem somente uma ruptura radical, ontológica e messiânica poderia salvar a civilização ocidental de sua falência política. Negri e Hardt chegam a convocar o mitólogo Evêmero (IV a.C). No evemerismo, o foco em teorias escatológicas “eclipsa e mistifica as formas dominantes de poder que continuam a reinar hoje – poder da propriedade e do capital, poder respaldado pela lei”.

Também onipresente no texto negri-hardtiano um Michel Foucault minoritário, abduzido de seus livros e cursos do final da década de 1970. Nelles, o professor do Colégio da França discorre sobre a matriz biopolítica do poder (ou biopoder). Ou seja, um governo instaurado sobre os vivos e as

populações, com base em saberes biológicos, médicos, psicológicos, estatísticos. Na esteira de outro intelectual, Gilles Deleuze, Commonwealth insiste no duplo sentido do poder na filosofia de Foucault. Se por um lado, a partir do vivente, o biopoder expõe, esquadrinha, controla e assim constitui o sujeito; por outro lado, a vida possui um rendimento positivo que independe daquele. Em síntese, a resistência biopolítica não aparece a posteriori do exercício do poder e não está enclausurada irremediavelmente em sua operação de captura. A resistência precede o poder, como a sua condição. Logo, o biopoder (opressão) não se confunde com a biopolítica (resistência). A resistência é primeira. Ontologicamente.

Para produzir, o capitalismo precisa agora conceder liberdade. Mas ela, potencializada pelo desejo, pode dispensar o sistema – violentamente, se preciso

Em termos práticos: pode existir enfim uma saída, para contornar e subverter as malhas cada vez mais cerradas e abrangentes das sociedades de controle. Existe uma escapatória para o pensamento e a ação de esquerda, que não finde recodificada e domesticada pelo capitalismo. Existe uma alternativa para a modernidade capitalista – a altermodernidade analisada ao longo do livro. E essa saída não é ex machina, como o deus de mentira que irrompia no palco para salvar o dia, ao final

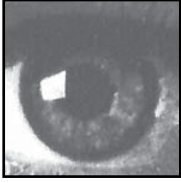
das peças gregas. Para Negri e Hardt, não adianta reinventar a roda. Os movimentos de libertação já trabalham na construção do comum, num fazer multidão baseado em redes colaborativas, no trabalho imaterial, na militância glocal (global + local), na produção de renda por fora dos circuitos capitalistas de fixação/exploração do trabalho. A análise de Negri e Hardt não opera pelo lado do poder, mas sob a espécie da resistência: “As lutas pela liberdade determinam todo o desenvolvimento das estruturas de poder”.

Se para os apocalípticos e pessimistas de esquerda, há um buraco negro no horizonte, uma sociedade inteiramente submetida a dispositivos difusos e perversos de controle, para os autores de Commonwealth a sociedade contemporânea vaza por todos os lados e é o poder capitalista quem padece de um impasse. Para produzir numa sociedade pós-industrial, o capitalismo precisa conceder liberdade e promover a produtividade imanente à vida. Mas essa mesma liberdade, potencializada pelo desejo, constituída no comum, articulada em multidão, inebriada de amor, pode dispensá-lo – violentamente, se preciso. É o drama de conter um lobo pelas orelhas: se soltá-lo, ele foge; mas se continuar segurando-o, ele morde.

O novo amor de que fala Commonwealth não se traduz por otimismo poliano ou entusiasmos ingênuos. Não é tampouco uma nova aposta

pascalina: como se fosse preciso resistir porque não teríamos outra opção. Para os autores, o amor revolucionário significa que é preciso resistir porque é desejável. Porque queremos. E se não há garantias de que, resistindo, o amanhã será melhor, podemos “reconhecer que essa contingência não deve levar a conclusões cínicas, a ignorar o fato que sim, é possível mudar a sociedade e a nós mesmos”. Afinal, a grande felicidade, fazer tudo aquilo que somos capazes em comum, a beatitude de Spinoza, conquista-se politicamente na multiplicação de vida que é a própria revolução democrática.

■·····**Bruno Cava** é escritor, engenheiro, bacharel em direito e mestrando em filosofia política do direito pela UERJ, é autor de “A vida dos direitos. Ensaio sobre modernidade e violência” (Lumen Iuris, 2008), publica o blogue Quadrado dos loucos (<http://quadradosloucos.blogspot.com>), mantém a coluna “Crítica Nômade” no portal Outras Palavras (<http://www.outraspalavras.net>) e participa da rede Universidade Nômade.



Resumos

Megaeventos, pontos de cultura e novos direitos (culturais) no Rio de Janeiro

Barbara Szaniecki e Gerardo Silva

Resumo: O artigo trata dos conflitos que atravessam a metrópole do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos programados para acontecer nos próximos anos. O foco de análise é a relação entre esses megaeventos e a produção cultural, notadamente o embate entre uma concepção “desenvolvimentista” dessa relação, que valoriza o conceito de “indústria criativa” e dos grandes museus, e outra, mais aberta e inclusiva associada aos pontos de cultura.

Palavras-chave: megaeventos; indústria criativa; pontos de cultura; direitos culturais

Abstract: The article addresses the conflicts that trespass the metropolis of Rio de Janeiro in the context of the mega events scheduled to take place in the coming years. The authors focus their analysis in the relationship between these mega events and the production of culture, namely the struggle between a developmentist conception of this relationship, which values big museums and the concept of creative industry, and a much more open and inclusive vision, associated to the so called “pontos de cultura”

Keywords: mega events; creative industry; pontos de cultura; cultural rights

Biopoder, trabalho e valor

Simone Sobral Sampaio

Resumo: O artigo analisa a economia do biopoder a partir da formulação de Michel Foucault para descrever os novos dispositivos do capitalismo que assujeitam toda a população, fazendo com que o capitalismo se configure como uma forma de relação social, como modo de produção que produz tudo, inclusive formas de vida. Considerando que a classe trabalhadora é a primeira população, dotada de uma potência de produzir primordial ao capital, a autora propõe uma aproximação entre os termos população e força de trabalho, fazendo uma leitura que aproxima também Marx e Foucault, para concluir que o proletariado hoje pode ser entendido como uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução. Esta operação reduz a fronteira entre a esfera econômica e cultural, e principalmente aproxima-se de Marx quando esse analisa o proletariado como categoria estritamente econômica, na submissão do trabalho ao capital, mas também como categoria política na produção de si.

Palavras-chave: economia do biopoder; novo proletariado; capitalismo; produção de si

Abstract: The paper analyses the economy of biopower in the perspective of Michel Foucault who describes the new dispositives used by capitalism to subject the population as a whole, making that capitalism configures itself as a form of social relation,

a way of production that produces everything, including forms of life. Under the assumption that the working class is the first population, endowed with a potency to produce which is primordial to capital, the author proposes an approximation between the terms population and labor force, a reading that approximates Marx and Foucault as well, to conclude that contemporary proletariat may be seen as a broad category which includes every worker whose labor is directly or indirectly exploited by the capitalistic rules of production and reproduction. Such an operation abridges the gap between economy and culture and also converges to Marxian analysis according to which the proletariat is a strictly economic category under the submission of labor to capital, but, at the same time, is a political category in the process of production of the self.

Keywords: biopower economy; new proletariat; capitalism; production of the self

É possível ser comunista sem Marx?

Antonio Negri

Resumo: Neste artigo, Negri faz uma crítica às teorizações e retóricas de alguns intelectuais de esquerda que defendem que para a realização do comunismo é preciso abrir mão do marxismo. Para Negri, não é possível falar de comunismo sem Marx, ainda que o marxismo deva ser radicalmente relido e renovado. O comunismo, em sua dimensão ontológica, é uma construção, a construção de uma nova sociedade por parte do homem produtor, do trabalho coletivo, através de um agir que se revela eficaz porque é voltado ao incremento do ser, e de um trabalho que não se constitui como objeto, mas como atividade, fonte viva do valor e da riqueza geral. Segundo o autor, o comunismo não pode prescindir da dimensão histórica e materialista, bases da hipótese marxista, para se implantar no comum e na ontologia.

Palavras-chave: comunismo; marxismo; ontologia; materialismo histórico; constituição do comum

Abstract: In this paper, Negri addresses his critic to theorizations of a few intellectuals of the left who sustain that in order to realize communism it is necessary to renounce to Marxism. According to Negri, it is not possible to talk about communism without Marx, even knowing that Marxism needs to be radically reread and renewed. Communism, in its ontological dimension, is a construction, the construction of a new society by the productive man, through collective labor, by means of an action which reveals its efficacy because it is directed to the increment of the being, and a labor that instead of constituting itself as an object, is activity, the living source of value and the general wealth. The author states that communism cannot do without history and materialism, the bases of Marxist hypothesis, in order to implant itself in the common and in ontology.

Keywords: communism; Marxism; ontology; historic materialism; constitution of the common

Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza

David Bollier

Resumo: Neste artigo os autores apresentam um panorama geral dos diferentes tipos de bens comuns e suas regras de gestão, proteção e recuperação. Bem comum é aqui referido pelos como um sistema de autogestão e de direitos de consenso para controlar o acesso da sociedade a um recurso e sua utilização. Mas, de um modo geral, o conceito de bens comuns descreve uma ampla variedade de fenômenos: pode se referir aos recursos compartilhados que uma comunidade constrói e mantém (bibliotecas, parques e ruas); aos recursos nacionais pertencentes a todos (lagos, florestas, vida silvestre); e aos recursos mundiais que todos os seres vivos necessitam para sobreviver (a atmosfera, a água e a biodiversidade) e também às “economias da dádiva”, como a ciência, que favorecem a criação e a difusão de pesquisa e informação. O argumento central dos autores é de que o bem comum não necessariamente conduz à tragédia do esgotamento dos recursos; eles são potencialmente geradores de riqueza, e podem criar valor - econômico, social e pessoal - de uma maneira que os regimes de mercado não podem fazer.

Palavras-chave: bem comum; recursos públicos; geração de riqueza; criação de valor

Abstract: In this article the authors offer a general overview of different types of common goods and the rules for their management, protection and recuperation. Common good is being referred to as a system of self management and consensual rights to control the access, from the part of the society, to a resource and its utilization. However, generally speaking, the concept of common goods describe a wide variety of phenomena: can refer to the shared resources that a community build and maintain (libraries, parks and streets); the national resources that belong to all (lakes, forests, wild life); and the worldwide resources that all living beings need to survive (atmosphere, water, biodiversity) as well as the so called “economies of gift”, such as science, that enable the creation and diffusion of research and information. The authors’ central line of argumentation is that the common good not necessarily lead to the tragedy of exhaustion of resources; common goods are potentially wealth generators and create value - economic, social and individual - in a way that the regimes of the market are unable to do.

Keywords: common good; public resources; generation of wealth; creation of value

Inquietações no Impasse – Parte II

Colectivo Situaciones

Resumo: A continuação do artigo *Inquietações no Impasse* avança na análise da crise política contemporânea no que se refere à relação entre vida e trabalho, principalmente na América Latina. Reflete sobre as experiências de autogestão implementadas pelos

movimentos sociais na Argentina e sua captura pelo discurso neodesenvolviementista. Avalia a crise de sentido que possibilita uma neutralização do acontecimento, sobretudo, a partir do discurso midiático, afirmando, apesar desse aparente arrefecimento da ação política, a necessidade de que surjam novas formas de intervenção no real.

Palavras-chave: trabalho; neodesenvolvimentismo; crise; política

Abstract: The continuation of the article *Inquietações no Impasse* follows up the analysis of contemporary political crisis in terms of the relationship between life and labor, especially in Latin America. It makes a reflection about the experiences of self management implemented by social movements in Argentina and their capture by the neo-developmentist discourse. It also evaluates the crisis of meaning that enables a neutralization of the event, particularly from the mediatic discourse, stating that, albeit this apparent neutralization of the political action, the need for new forms of intervention in reality.

Keywords: labor; neo developmentism; crisis; politics

Querela pela democracia: Sociedade em movimento e processo constituinte

Oscar Vega Camacho

Resumo: Revisando o aporte de René Zavaleta, a partir de seu *Cuatro conceptos de la democracia* (México, 1982), Oscar Vega Camacho busca reformular e ressignificar as lutas democráticas e o sentido da projeto democrático para um país como a Bolívia. Aborda a democracia como âmbito de disputa, agenciamento e resistência, onde as perspectivas sobre o democrático e as formas de praticar a democracia são a raiz da diferença e da auto-determinação democrática para uma sociedade em movimento. Vê nas lições do ciclo de lutas dos movimentos sociais e indígenas a reelaboração do político e da condição democrática: o processo constituinte como um caminho para democratizar a democracia e transformar o Estado.

Palavras-chave: democracia; biopoder; biopolítica; democratizar a democracia; sociedade em movimento; querela; poder constituinte

Abstract: Upon reviewing the contributions of René Zavaleta from the perspective of *Cuatro conceptos de la democracia* (Mexico, 1982), Oscar Vega Camacho aims to reformulate and find a new meaning for the democratic fights and the democratic project in a nation like Bolivia. He addresses democracy as the space for dispute, agency and resistance, where the perspectives of what is democratic and the ways to practice democracy are the roots of the difference and self determination of a moving society. He extracts some lessons from the cycle of struggles of the social and indigenous movements as well as the re-elaboration of the democratic condition: the constituent power is a way to democratize democracy and transform the State.

Keywords: democracy; biopower; biopolitics; democratize democracy; moving society; quest; constituent power

Fuga como resistência: a pobreza criando excedentes

Fabrizio Toledo

Resumo: Os pobres, os migrantes e os refugiados, nunca estiveram “excluídos” da produção. Ao contrário, a característica de sua produção não pode ser resumida simplesmente à condição de exploração. As grandes expressões culturais brasileiras, por exemplo, têm sua origem na pobreza. Grande parte da identidade cultural do Rio de Janeiro nasceu nos morros e favelas. Os “excluídos” não cessam de produzir. Mesmo em relação a todos aqueles que foram obrigados a migrar, não há como negar a potência afirmativa de sua fuga. Em paralelo à condição negativa dos movimentos migratórios, caracterizada pela fuga da violência, fome e privação, existe, como afirmam Michael Hardt e Antonio Negri, o “desejo positivo de riqueza, paz e liberdade”; o caráter ao mesmo tempo negativo e positivo da migração, a recusa e o desejo, apresenta uma força extraordinária, porque fugir de uma vida de constante insegurança e imobilidade forçada é uma boa maneira de se preparar para resistir às formas típicas de exploração do trabalho imaterial.

Palavras-chave: migração; refugiados; pobreza; excedentes; cultura

Abstract: The poor, the migrants and the refugees, have never been “excluded” from production. On the contrary, the characteristic of their production cannot be simply reduced to the condition of exploitation. Major expressions of Brazilian culture, for instance, lay their roots in poverty. A great part of the cultural identity of Rio de Janeiro was born at the hills and slums. The “excluded” never cease to product. Similarly, one cannot deny the affirmative potency of the exit of all those who have been forced to migrate. In parallel with the negative aspects of migratory movements, characterized by escape from violence, hunger and deprivation, there is a “positive desire of wealth, peace and freedom”, as state Michael Hardt and Antonio Negri; the character, at the same time negative and positive, of migration, the refusal and the desire, indicates an extraordinary force, for to flee from a life of constant insecurity and immobility is a good preparation to resist to typical forms of exploitation of the immaterial labor.

Keywords: migration; refugees; poverty; surplus; culture

Revalorizar o plágio na criação

Leonardo F. Foletto e Marcelo De Franceschi

Resumo: Este ensaio trata de fazer uma pequena revisão histórica do plágio na criação, partindo do período do fim da Idade Média até o século XXI. Discute-se a validade do plágio como um método de criação artística, em época de explosão de informação e conhecimento proporcionados pela internet, e a necessidade de repensar o estigma negativo que a palavra “plágio” carregou nestes últimos séculos. Este texto é livremente adaptado de Plágio, hipertextualidade e produção cultural eletrônica”, do coletivo de artistas Critical Art Ensemble.

■
.....
Palavras-chave: plágio; criação; direito autoral; arte e tecnologia

Abstract: This essay comes to a small historical review of plagiarism in the creation, starting from the period of the late Middle Ages to the twenty-first century. It discusses the validity of plagiarism as a method of artistic creation in era of information explosion and knowledge provided by the Internet and the need to reconsider the negative stigma that the word “plagiarism” carried in recent centuries. This essay is freely adapted from “Plagiarism, hypertextuality and electronic cultural production” of Critical Art Ensemble collective.

Keywords: plagiarism; creation; copyright; art and technology

Narrativas no Twitter: o fenômeno no Brasil e as suas implicações na produção da verdade

Fábio Malini

Resumo: Este artigo visa dar continuidade ao debate sobre os modos compartilhados de narração dos acontecimentos sociais na internet. Hoje, cada vez mais uma multiplicidade de perfis de redes e mídias sociais constrói pontos de vista alternativos aos relatos desenvolvidos nas chamadas mídias tradicionais. Esse novo locus da produção da informação abre um conflito com o modelo isolacionista da produção da verdade, praticado pelos aparatos do poder, ao mesmo tempo em que cria a mistificação da vontade livre da enunciação (e sua matriz “reality show” da vida em tempo real), exaltada pelos mais eufóricos especialistas de comunicação. Busca-se depreender como os sujeitos em rede buscam produzir uma dobra nesse poder vigilantista e imersivo da internet, provocando novas maneiras de construção do saber e da verdade sobre os fatos anunciados no circuito de comunicação social brasileiro.

Palavras-chave: internet; colaboração; blogosfera; Twitter; opinião pública

Abstract: This article aims to give continuity to the debate surrounding the ways of sharing multiple narratives of social events at the internet. Nowadays, an increasingly multiplicity of profiles of social networks and medias build alternative stand points to the accounts developed by traditional medias. This new locus of production of information conflicts with the isolationist model of production of truth practiced by the apparatuses of power, at the time that creates a mystification of the free will of enunciation (and its “reality show” matrix in real time), exalted by most enthusiastic communication specialists. The purpose is to apprehend how the subjects connected in a network manage to produce a fold in this vigilantic and immersive power of the internet, which results in new forms of construction of knowledge and truth about the facts announced in the circuit of the Brazilian social communication.

Keywords: internet; collaboration; blogosphere; Twitter; public opinion

Contraponto Brown Sugar

André Gardel

Resumo: Pensar a cultura brasileira por meio de nossa música popular. Mais especificamente, pensar questões decisivas da cultura brasileira, especialmente o problema da miscigenação racial, por meio das formulações estéticas realizadas pelo grupo de rap da periferia paulista Racionais MC's e pelo compositor baiano pós-tropicalista Carlinhos Brown. Estabelecer, assim, um contraponto entre a perspectiva esclarecidamente segregacional (de inspiração norte-americana) dos rappers de São Paulo e o elogio à miscigenação e ao cosmopolitismo do percussionista e compositor da Bahia.

Palavras-chave: cultura; música popular; miscigenação; segregação

Abstract: This essay intends to discuss the issue of brazilian culture through our popular music. Particularly, raising some fundamental questions of brazilian culture such as the problem of racial miscegenation, the aesthetics formulations realized by rappers from São Paulo's periphery, the Racionais MC's, and by the post-tropicalista composer from Bahia Carlinhos Brown. The author aims to establish a kind of counterpoint to the clearly segregationist point of view (of american inspiration) from the São Paulo rappers and the eulogy to the cosmopolitan miscegenation from the part of the composer and percussionist from Bahia.

Keywords: culture; popular music; miscegenation; segregation

O chão nas cidades

Andréa Garcia

Resumo: O artigo faz o relato de uma intervenção realizada nas ruas de Salvador com o propósito de cartografar as tensões entre os moradores de rua da região do centro antigo e a população local que normalmente circula por essas ruas. Através da intervenção, os artistas-performers discutem o espaço público, suas oposições, e propõem novas formas de apropriação do espaço na arena da exclusão social. A performance "O chão nas cidades" confere visibilidade à vulnerabilidade dos laços sociais e o grau zero das garantias sociais de um enorme contingente da população que vive nas ruas no centro de Salvador.

Palavras-chave: população de rua; invisibilidade social; arte e performance

Abstract: The article is a narrative of an intervention that took place in the streets of Salvador, BA, with the purpose of making a cartography of the tensions between the street population of downtown Salvador and the local inhabitants who normally circulate through its streets and alleys. Through the intervention, the artists-performers were able to address the issue of the public space, its oppositions, and the same time that they propose new forms of appropriation of this space in the arena of social exclusion. The performance "O chão nas cidades" gives visibility to the vulnerable social

bonds and total lack of social guarantees of great contingents of the population living in the streets of downtown Salvador.

Keywords: street population; social invisibility; art and performance

Experimento Carne

Alexandre Karschnia

Resumo: O texto apresenta uma leitura canibalesca que mistura lutas sociais e expressões culturais na Alemanha e no Brasil, tendo como base o conceito de devoração nas obras de Bertolt Brecht, Heiner Müller, Oswald de Andrade e Glauber Rocha, entre outros, e explora sua relação com eventos políticos e sociais do século XX bem como a elaboração de uma linha de fuga para os dilemas políticos e artísticos atuais nos moldes de uma proposta de brasilianização do mundo.

Palavras-chave: carne; lutas; revolução; antropofagia

Abstract: The text presents a cannibalistic reading that mixes together social struggles and cultural expressions in Germany and in Brazil based on the concept of devouring on the works of Bertolt Brecht, Heiner Müller, Oswald de Andrade and Glauber Rocha, amongst others, and explore its relationship with political and social events of the twentieth century as well as the development of a line of flight for today's political and artistic dilemmas in the mold of a proposal of Brazillianization of the world.

Keywords: meat / flesh; struggles; revolution; antropophagy

Sobre cinema de Glauber

Jean-Christophe Goddard

Resumo: A obra do cineasta Glauber Rocha - um dos promotores do Cinema Novo brasileiro - é apresentada neste artigo como caso exemplar do cinema político moderno que, segundo a argumentação de Deleuze em *Cinèma 2*, é o cinema da tomada do poder tornada impossível, da revolução feita através do impoder, do estilhaçamento definitivo do povo unificado em minorias, numa multiplicidade, numa infinidade de povos definitivamente dispersos e impossíveis de unir. Na estética da fome de Glauber, os bandos desfeitos, errantes, quase que inteiramente dizimados na imensidão do sertão, fazem da impossibilidade, do inaceitável, da miséria, da guerra ou da ignorância, a condição mesma da política, uma força de engendramento e de invenção de formas de existência política irredutíveis à forma clássica da política.

Palavras-chave: Cinema Novo; Glauber Rocha; estética da fome; revolução; máquinas de guerra nômades

Abstract: The work of film maker Glauber Rocha - one of the most important promoters of Brazilian Cinema Novo - is being presented in this article as an emblematic case of the modern political cinema which, following Deleuze's argumentation in *Cinèma*

2, is the cinema of the seize of power rendered impossible, the revolution made rather through nonpower, the definitive shattering of the unified people in a multiplicity of scattered minorities, impossible to unify. In Glauber's aesthetic of hunger, the wrecked and errant gangs, almost entirely dizimated by the immensity of the backwoods, transform the impossibility, the unacceptable, the misery, the war, the ignorance, into the condition itself of politics, an engendering power of invention of forms of political existence by no means reducible to the traditional forms of politics.

Keywords: Cinema Novo; Glauber Rocha; aesthetic of hunger; revolution; nomadic machines of war

Acerca da moralidade do suicídio

Fermin Roland Schramm

Resumo: O artigo apresenta, de maneira introdutória, a moralidade da prática do suicídio a partir da literatura e da forma de ética aplicada chamada bioética, disciplinas que se ocupam justamente de analisar os conflitos morais da práxis humana, sempre da perspectiva dos sujeitos que, além de serem genericamente vulneráveis, são especificamente vulnerabilizados. A questão do suicídio é pensada em termos da vida que se aniquila pelo ato do suicídio, ato supremo de apropriação da zoé pelo bíos, da “vida nua” pela vida demasiado humana que deve pensar-se junto com a morte.

Palavras-chave: suicídio; bioética; vida nua; aniquilamento

Abstract: The paper presents an introductory analysis of the intrinsic morality of the practice of suicide, departing from the contributions of literature and a form of applied ethics known as bioethics, disciplines which focus on the moral conflicts inherent to human praxis, always from the perspective of the subjects who, in addition to a generic condition of vulnerability, are especially vulnerabilized. The question of suicide is thought of in terms of a life which annihilates itself by the suicidal act, a supreme act of appropriation of Zoë by Bios, of the naked life by the excessively human life that needs to be thought in conjunction with death.

Keywords: suicide; bioethics; naked life; annihilation

Saúde do trabalhador no governo Lula

Mônica Simone Pereira Olivar

Resumo: Este artigo se configura em uma análise aproximada do campo da Saúde do Trabalhador na conjuntura sócio-política apresentada na atualidade. Tem por objetivo analisar a Saúde do Trabalhador no Governo Lula fazendo uma abordagem geral da política de saúde, a partir de um balanço das principais iniciativas e estratégias e aprofundando os limites enquanto área de saúde pública.

Palavras-chave: política de saúde; saúde do trabalhador; contra-reforma



Abstract: This article attempts to make an analytical approximation of the field of Laborer's Health in the current socio-political context. The purpose is to analyze the health condition of labor force during the government of president Lula, making a general overview of the politics of health implemented in the period and departing from an evaluation of the major initiatives and strategies and highlighting the deficiencies whilst an area of public health.

Keywords: health politics; laborer's health; counter reform



1

NOTAS DE CONJUNTURA

As cidades visíveis do Rio
Karl Erik Schöllhammer e Micael Herschmann
Evita (nos) Madonna
uma história do terceiro mundo
Sófia Tiscornia e Maria Victoria Pita
A co-produção da greve:
as greves de dezembro de 1995 na França
Giuseppe Cocco

A CULTURA DA PRODUÇÃO X A PRODUÇÃO DA CULTURA

Linguagem e pós-fordismo
Christian Marazzi
O hibridismo do império
Michael Hardt
Espaços, corpos e cotidiano: uma exploração te-
órica
Byrt Wammack
Ruínas modernistas
Beatriz Jaguaribe

CIBERESPAÇO

Notas sobre o conceito de cibernáutica
Franco Berardi (Bifo)

CORPO E SEXUALIDADE

Procura-se um corpo desesperadamente
Nizia Villaça
Travesti: Eva num corpo de Adão... e eu fui expul-
so do paraíso
Hugo Denizart
aids e comunicação: repensando campanhas e
estratégias
Antonio Fausto Neto

NAVEGAÇÕES

Nação em fluxo: Brasil e África do sul
Fernando Rosa Ribeiro
Comunidade, etnicismo e externalidades urba-
nas, handicap ou vantagem para o Brasil: da "lon-
ga duração" aos problemas contemporâneos
Yann Moulier Boutang.



2 / 3

NOTAS DE CONJUNTURA

As escatologias do segundo milênio
Javier Lifschitz
As novas lutas sociais e a constituição do po-
lítico
Giuseppe Cocco
Fala um policial
Carlos Alberto Messeder Pereira

CORRUPÇÃO

A máfia e a dinâmica do capitalismo
Carlo Vercellone
Das propriedades ainda desconhecidas da cor-
rupção universal
René Scherer
Da corrupção, do despotismo e de algumas incer-
tezas: uma perspectiva cética
Renato Lessa

CIBERESPAÇO

O manifesto do cyber
Coletivo Cyber
Um pesadelo do qual nada poderá nos despertar/
Anders Michelsen
Cibercidades
André Parente

CORPO E SEXUALIDADE

Rituais de troca e práticas sexuais masculinas.
Sexo impessoal
P. de Busscher, R. Mendès-Leite e B. Proth
Discursos sobre o masculino: um panorama da
masculinidade nos comerciais de TV
Benedito Medrado

NAVEGAÇÕES

Escravidão pós-moderno
Yann Moulier Boutang
Os territórios da mundialização
Thierry Baudouin

MEDIAÇÕES

Equilíbrio distante: fascínio pelo biográfico, des-
cuido da crítica
Anamaria Filizola e Elizabeth Rondelli.



4

NOTAS DE CONJUNTURA

As lutas dos desempregados na França
Entrevista com Laurent Guilloteau
Pós-fordismo verde e rosa
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha
Drogas e cidadania
Gilberta Acselrad

NOVOS REGIONALISMOS

Populações de Estado:
Nação e regionalização da economia
Mirtha Lischetti
Nações, racismo e nova universalidade
Toni Negri
Entre cooperação e hierarquia: sujeitos sociais e conflitos no Nordeste italiano
Giuseppe Caccia
Carta aos federalistas do Nordeste italiano
Toni Negri
Velhos e novos regionalismos: o RS e o Brasil
Ruben George Oliven
O espaço e o tempo no discurso zapatista
Manuela Feito
Novas paisagens urbanas e identidades sócio-culturais
Edson Farias

CIBERESPAÇO

Zapatistas e a teia eletrônica da luta
Harry Cleaver

CORPO E SEXUALIDADE

A Aids na pornografia: entre ficção e realidade
Alain Giami

NAVEGAÇÕES

A quem interessa o fim do trabalho
Gláucia Angélica Campregher

MEDIAÇÕES

Espetáculo e imagem na tautologia do capital
Giuseppe Cocco



5 / 6

NOTAS DE CONJUNTURA

1998 - A eleição que não houve
Luis Felipe Miguel
O significado político das eleições
Yves Lesbaupin
Entre um pacote e outro: entre a constituição formal e a constituição material
Giuseppe Cocco

NOVOS ESPAÇOS DE MASSIFICAÇÃO DO CONSUMO E DE PRODUÇÃO CULTURAL

Televisão aberta e por assinatura
Elizabeth Rondelli
Funk: um circuito "marginal/alternativo" de produção e consumo cultural
Micael Herschmann
Para uma definição do conceito de bio-política
Maurizio Lazzarato
Invasão de privacidade?
Maria Celeste Mira
Viver na cidade da Bahia
Antonio Albino Canelas Rubin

CORPO E SEXUALIDADE

Escrito sobre um corpo: linguagem e violência na cultura argentina
Juan Manuel Obarrio
Cultura, Gênero e Conjugalidade: as "transformações da intimidade" como desafio
Marlise Míriam de Matos Almeida

NAVEGAÇÕES

Entrevista com André Gorz: o fim do trabalho assalariado
Thomas Schaffroth e Charling Tao

MEDIAÇÕES

O evento modernista
Hayden White
Os grafites de Brassai
Suzana M. Dobal
Motoboy: o carniceiro da fama
Henrique Antoun



7

NOTAS DE CONJUNTURA

O novo Finanzkapital
Christian Marazzi
O cinema como folclore-mundo
Ivana Bentes

VIAGENS, DESLOCAMENTOS E FRONTEIRAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Dos pântanos ao paraíso: Hugh Gibson
e a (re)descoberta do Rio de Janeiro
Bianca Freire-Medeiros
Fronteira, jornalismo e nação, ou de como
uma ponte separou duas margens
Alejandro Grimson
"Campo"
Antonio Negri e Michael Hardt
Onde começa o novo êxodo
Giorgio Agamben
Melancolias, viagens e aprendizados
Denilson Lopes
Notícias sobre a história trágico-marítima
Maria Angélica Madeira
O lugar habitável no mundo global
José Luiz Aidar Prado

CIBERESPAÇO

Agentes na rede
Paulo Vaz

CORPO E SEXUALIDADE

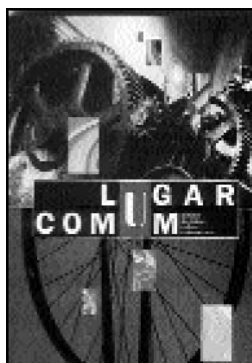
Deleuze e a questão homossexual:
Uma via não platônica da verdade
René Schérer

NAVEGAÇÕES

A nação entre o esquecimento e a memória:
uma narrativa democrática da nação
Hugo Achugar

MEDIAÇÕES

Sobre ratos e homens: a tentativa de
reconstrução da História em Maus
André Cardoso



8

NOTAS DE CONJUNTURA

Universidade: crise também de crescimento
Ivo Barbieri
a vida sob o império
Michael Hardt

ACELERAÇÃO E NOVAS INTENSIDADES

Crash: uma antropologia da velocidade ou
por que ocorrem acidentes ao longo
da estrada de Damasco
Jeffrey T. Schnapp
Máquinas e estética
Guillermo Gucci
Do refúgio do tempo no tempo do instantâneo
Mauricio Lissovsky

CIBERESPAÇO

Hipertexto, fechamento e o uso do conceito
de não-linearidade discursiva
Marcos Palácios

CORPO E SEXUALIDADE

Do tabu ao totem: Bundas
Nízia Villaça

NAVEGAÇÕES

Imaginários globais, medos locais:
a construção social do medo na cidade
Rossana Reguillo

MEDIAÇÕES

Adeus, AM/FM. o rádio nunca será o mesmo
Marcelo Kischinhevsky
A respeito da questão do espaço em the
emperor of the north pole
Jorge Luiz Mattar Villela



9 / 10

NOTAS DE CONJUNTURA

Política de segurança e cidadania

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

MST: o julgamento das vítimas

Ignez Paulilo

Biopirataria ou bioprivatização?

Richard Stallman

TRABALHO E TERRITÓRIO

Globalização das economias, externalidades, mobilidade, transformação da economia e da intervenção pública

Yann Moulier Boutang

A cidade policêntrica e o trabalho da multidão

Giuseppe Cocco

O valor da informação: trabalho e apropriação no capitalismo contemporâneo

Marcos Dantas

CIBERESPAÇO

Matrix: o fim do panóptico

Katia Maciel

As novas tecnologias e a democratização da informação

Luis Felipe Miguel

CORPO E SEXUALIDADE

Somos todos travestis: o imaginário Camp e a crise do individualismo

Denilson Lopes

NAVEGAÇÕES

Rio de Janeiro, cidade cinematográfica.

A cidade como produção de sentido

Karl Erik Schøllhammer

MEDIAÇÕES

Gattaca: sobre o governo totalitário das identidades

Sérgio Oliveira

A viável democratização do acesso ao conhecimento

Waldimir Pirró e Longo

memória 11

**NOTAS DE CONJUNTURA**

Como bloqueamos a OMC

Starhawk

O paradigma das duas fronteiras do Brasil

Abdul-Karim Mustapha

ESTRATÉGIAS DA MEMÓRIA

A mídia e o lugar da história

Ana Paula Goulart Ribeiro

Isso não é um filme? Ídolos do

Brasil contemporâneo

Micael Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira

Museu da Tecnologia jurássica

Erick Felinto

Cidade de Deus: Memória e etnografia em Paulo Lins

Paulo Jorge Ribeiro

CIBERESPAÇO

Cooperação e produção imaterial em softwares livres. Elementos para uma leitura política do fenômeno GNU/Linux

Laurent Moineau e Aris Papatheódorou

CORPO E SEXUALIDADE

Navegar é preciso, viver é impreciso

Ieda Tucherman

NAVEGAÇÕES

Caminhando para uma renovação da economia política. Conceitos antigos e inovação teórica

Antonella Corsani

MEDIAÇÕES

José Oiticica filho e o avatar da fotografia brasileira

Antônio Fatorelli

O Joelho aprisionado: o "caso Ronaldo" como construção das estratégias discursivas da mídia

Antônio Fausto Neto



12

NOTAS DE CONJUNTURA

Notas e impressões sobre as eleições norte-americanas

Américo Freire

Pós-modernismo.com e a geração 'Y'

Felipe Ehrengerb

INTENSIDADES ERÓTICAS

O homossexual no texto

Christopher Lane

O sadomasoquismo em dois tempos

Nízia Villaça

Prazeres desprezados: a pornografia, seus consumidores e seus detratores

João Freire

Revistas masculinas e pluralização da masculinidade entre os anos 1960 e 1990

Marko Monteiro

CIBERESPAÇO

O samba em rede:

comunidades virtuais e carnaval carioca

Simone Pereira de Sá

CORPO E SEXUALIDADE

'A Berlim imoral' dos anos 30:

cinema homossexual pré-Hitler

Adriana Schryver Kurtz

NAVEGAÇÕES

Itinerários recifenses

Angela Prysthon

Tráfico: paisagens sexuais - Alguns comentários

Anders Michelsen

MEDIAÇÕES

Imaginário tecnológico em David Cronenberg

Ivana Bentes

Tropicália, pop canônica

Liv Sovik

Lars von Trier - Escapando do estético

Bodil Marie Thomsen



13 / 14

NOTAS DE CONJUNTURA

Totalidades

Michael Hardt e Toni Negri

Minha luta no Império

Luca Casarini (entrevista)

Diário de viagem da caravana pela dignidade indígena

Marco Rigamo

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E CAPITALISMO COGNITIVO

Riqueza, propriedade, liberdade e renda no capitalismo cognitivo

Yann Moulier Boutang

A música em rede: um magma contraditório

Alessandro Ludovico

As Patentes e a saúde pública brasileira:

o caso da AIDS

Carlos André Passarelli e Veriano Terto Jr.

O Brasil e a quebra de patentes de medicamentos anti-AIDS

Eloan dos Santos Pinheiro (entrevista)

CIBERESPAÇO

Cronologia da internet

Paulo Vaz

CORPO E SEXUALIDADE

A preferência é mais para a mulata

Natasha Pravaz

Estudos gays: panorâmica e proposta

Denilson Lopes

Cagar é uma licença poética

Steven Buttermann

NAVEGAÇÕES

Que "negro" é esse na cultura popular negra?

Stuart Hall

MEDIAÇÕES

Etienne-Jules Marey

Suzana M. Dobal

Prozac, meios e máfia

Fernando Andacht



15 /16

NOTAS DE CONJUNTURA

Bem-vindo ao deserto do Real!

Slavoj Žižek

A Argentina na indiferença

Reinaldo Laddaga

A POLÍTICA DA MULTIDÃO

Comunidades virtuais, ativismo e o combate pela informação

Henrique Antoun

Sem o macacão branco

Luca Casarini (por Benedetto Vecchi)

O contra-império ataca

Antonio Negri (por Marcelo Matellanes)

De Porto Alegre a Gênova,

a cidade na globalização

Giuseppe Cocco

Transformar a guerra globalista

em seção ativa da inteligência

Franco Berardi (Bifo)

CIBERESPAÇO

Capitalismo flexível e educação em rede

Alberto Rodrigues

História, comunicação e sociedade

na era da informação

Gustavo Said

CORPO E SEXUALIDADE

O policial, o massagista e o garoto de programa: figuras emblemáticas de uma erótica gay?

Carlos Alberto Messeder Pereira

NAVEGAÇÕES

Geopolítica do conhecimento e diferença colonial

Walter Dignolo

MEDIAÇÕES

Música da deriva, a MTV-Brasil

Luis Carlos Fridman

Afeto, autenticidade e socialidade:

uma abordagem do rock como fenômeno cultural

Jeder Janotti Junior



17

NOTAS DE CONJUNTURA

Porto Alegre 2002:

o trabalho das multidões

Coletivo

Ação contra a guerra global:

a caravana internacional na Palestina

Luca Casarini

RESISTÊNCIAS

Resistir a quê?

Ou melhor, resistir o quê?

Tatiana Roque

Poder sobre a vida,

potência da vida

Peter Pál Pelbart

Universidade e cidadania:

o movimento dos cursos

pré-vestibulares populares

Alexandre do Nascimento

Panelaços e ruídos:

a multidão em ação

Graciela Hopstein

O "quilombo" argentino

Gerardo Silva

Emprego, crescimento e renda:

história de conteúdo

e forma de movimento

Antonella Corsani e Maurizio Lazzarato

UNIVERSIDADE NÔMADE

O copyright da miséria e

os discursos da exclusão

Ivana Bentes

Rádios livres, rádios comunitárias,

outras formas de fazer rádio e política

Mauro Sá Rego Costa e Wallace Hermann Jr

12 proposições:

resistência, corpo, ação- estratégias e forças

na produção plástica atual

Ericson Pires



18

PARA UMA UNIVERSIDADE NÔMADE

NAVEGAÇÕES

Sobre a política cultural dos Cacá Diegues
Tatiana Roque

TRANSIÇÃO E GUERRA

Sobre o 'medo' e a 'esperança'
em Baruch de Espinosa
Gerardo Silva
Quem disse que o medo venceu a esperança?

Márcio Tavares d'Amaral
O ocaso da vítima. Para além da separação
entre criação e resistência
Suely Rolnik

Do silêncio zapatista à euforia petista:
fica algum lugar para nós?

Walter Omar Kohan
As políticas de ação afirmativa como
instrumento de universalização dos direitos
Alexandre do Nascimento
Por que este novo regime de guerra?
Philippe Zarifian
Guerra, informação e resistência
Ricardo Sapia

UNIVERSIDADE NÔMADE

O Direito como potência constituinte: uma crítica
à teoria do Direito

Thamy Pogrebinschi
Comunicação e diferença nas cidades
Janice Caiafa

As ilusões etno-genealógicas da nação
Lorenzo Macagno



19 / 20

INTRODUÇÃO

Modulações da resistência

A POTÊNCIA DA MULTIDÃO

Para uma definição ontológica da Multidão
Antonio Negri

Multidão e princípio de individuação

Paolo Virno

Poder constituinte em Maquiavel e Espinosa:
a perspectiva da imanência

Francisco Guimaraens

O direito de resistência na teoria política
contemporânea

Thamy Pogrebinschi

Representações do poder,

expressões de potência

Barbara Szaniecki

O CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Trabalho e produção de subjetividade

Thiago Drummond

A clínica como prática política

Jô Gondar

Pensando o contemporâneo no fio da navalha:
entrelaces entre capital e desejo

Claudia E. Abbès Baeta Neves

Clínica, política e as modulações do capitalismo

Eduardo Passos e Regina Benevides

REDES E MOVIMENTOS

Movimentos sociais, ações afirmativas e
universalização dos direitos

Alexandre do Nascimento

As migrações e o trabalho da resistência

Leonora Corsini

Piqueteros: dilemas e potencialidades

de um movimento que emergiu apesar do Estado
e à margem do mercado

Graciela Hopstein



25 / 26

UNIVERSIDADE NÔMADE

Os novos manifestos sobre as cotas

Alexandre do Nascimento

Vida no e contra o trabalho: afetos, crítica feminista

e política pós-fordista

Kathi Weeks

Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais

Joaquín Herrera Flores

Análise da Nova Constituição Política do Estado

Raúl Prada Alcoreza

MÍDIA E CULTURA

Mídia, Subjetividade e Poder: Construindo os Cidadãos-Consumidores do Novo Milênio

João Freire Filho

Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil

Henrique Mazetti

Guerra Civil Imaterial: Protótipos de Conflito dentro do Capitalismo Cognitivo

Matteo Pasquinelli

Mialivristas, uni-vos!

Adriano Belisário, Gustavo Barreto, Leandro Uchoas,

Ona Castro e Ivana Bentes

CIDADE E METRÓPOLE

Cidade e Metrópole: a lição da barragem

Gerardo Silva

Potências do samba, clichês do samba – linhas de fuga e capturas na cidade do Rio de Janeiro

Rodrigo Guéron

Trabalho – operação artística: expulsões

Cristina Ribas

Cidades, cegueira e hospitalidade

Márcia de N.S. Ferran

Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole

Antonio Negri

A CULTURA MONSTRUOSA

A potência da hibridação – Édouard Glissant e a creolização

Leonora Corsini

Expressões do monstruoso precariado urbano: forma M, multiformances, informe

Barbara Szaniecki

Artaud, momo ou monstro?

Ana Kiffer

O corpo e o devir-monstro

Carlos Augusto Peixoto Junior

Do experimental informe ao Quasi-cinema, observações sobre "COSMOCOCA - programa in progress", de Hélio Oiticica

Inês de Araujo

Culturas múltiplas versus monocultura

Pedro de Niemeyer Cesarino

NAVEGAÇÕES

"Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional

Adalton José Marques

Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70

Jean Tible

Nas peles da cebola ou da "segunda natureza" em excesso. A delicada luta pelo estado de exceção benjaminiano

João C. Galvão Jr.

RESENHAS

Consumismo e Globalização – faces e fases de uma mesma moeda? [Por João Batista de Almeida Sobrinho]

Um novo Imperialismo? [Por Marina Bueno]



27

UNIVERSIDADE NÔMADE

Thomas Jefferson ou a transição da democracia
Michael Hardt

Para meu Parceiro Vanderlei
Marta Peres

LUTAS, GOVERNOS E A CRISE GLOBAL

As categorias abertas da nova Constituição boliviana. Formação do Estado Plurinacional: alguns percursos intelectuais

Salvador Schavelzon

Governo islâmico e governamentalidade
Leon Farhi Neto

Sobre a crise: finanças e direitos sociais (ou de propriedade!)
Maurizio Lazzarato

GOVERNO LULA: DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA DO COMUM

Pontos de MídiaBarbara Szaniecki
Gerardo Silva

Por um mundo democrático produzido democraticamente (ou: o desafio da produção do comum): contribuições a partir da experiência do Sistema de Saúde Brasileiro

Francini Guizardi e Felipe Cavalcanti

Direito à Cidade no Horizonte Pós-Fordista
Alexandre Fabiano Mendes

Estabilidade de contratos na indústria de energia: Uma visão sul-americana
André Garcez Ghirardi

Refugiado, Cidadão Universal: uma análise do direito à identidade pessoal
Patricia Magno

O Programa Bolsa Família entre a assistência condicionada e o direito universal
Pedro Barbosa Mendes

MÍDIA E CULTURA

Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Cibercultural
Henrique Antoun
Uma armadilha de Vertov
Discussão coletiva proposta por Inês Araújo

NAVEGAÇÕES

A clínica do corpo sem órgãos, entre laços e perspicácias. Em foco a disciplinarização e a sociedade de controle

Emerson Elias Merhy

Tráfico de Drogas: Biopoder e Biopolítica na Guerra do Império
Maria Elisa da Silva Pimentel
Bula

Cão Mulato/Canis mutatis
Viralata In Progress
Edson Barrus

RESENHAS

BACHELARD, Gaston. A intuição do instante
Por Wanessa Canellas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção
Por Antonio Negri



28

UNIVERSIDADE NÔMADE

Manifesto da Rede Universidade Nômade em apoio à luta dos trabalhadores pobres sem-teto da cidade do Rio de Janeiro

Antonio Negri no Fórum Livre do Direito Autoral Conferência de Abertura

Nada será como antes: dez teses sobre a crise financeira Para uma reflexão sobre a situação socio-econômica contemporânea

Andrea Fumagalli

A revolução inconclusa dos direitos humanos: pressupostos para uma nova concepção de cidadania Alexandre Mendes

As novas formas de lutas pós-mídias digitais Ivana Bentes

A crise da política é a crise da representação e da grande mídia Giuseppe Cocco

O kirchnerismo e as últimas eleições: uma leitura crítica

Cesar Altamira

UNIVERSIDADE

Tecendo a democracia – Reforma universitária, governo e movimentos sociais Pedro Barbosa Mendes

Todo o poder à autoformação!

Coletivo edu-factory

Universidade Aberta

Paolo Do

Movimento Estudantil e Universidade: apontamentos a partir da experiência da UFPB

Felipe de Oliveira Lopes Cavalcanti e Paulo Navarro de Moraes

NAVEGAÇÕES

Educação na saúde, saúde coletiva e ciências políticas: uma análise da formação e desenvolvimento para o Sistema Único de Saúde como política pública

Ricardo Burg Ceccim, Fábio Pereira Bravin e Alexandre André dos Santos

Poder Viver

Simone Sobral Sampaio

Tecnologias, hacks e liberdade

Gilvan Vilarim

As comunidades que vêm... Experiência e pensamento em torno de uma utopia contemporânea – ONG CEASM/Maré

Gláucia Dunley

MÍDIA E CULTURA

Rádio: alguns aspectos estéticos dos estudos de recepção

Wanessa Canellas

Gordon Matta-Clark entre fotografias: fragmentos de uma performance

Elena O'Neill

A gente saía de manhã sem ter idéia

Yann Beauvais

Colaboração, uso livre das redes e a evolução da arquitetura p2p

Fabio Malini

A Prática da Vida (Midiática) Cotidiana

Lev Manovich

RESENHAS

Entre os muros da escola

Por Leonora Corsini

Glob(AI): Biopoder e Luta em uma América Latina

Globalizada

Por Alexandre Mendes



29

UNIVERSIDADE NÔMADE

Para introduzir "Otimismo da Razão", de Perry Anderson

Antonio Negri

O triunfo do cérebro

Alberto De Nicola

• As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania

Marina Bueno

Seis de dezembro de 2009: o porquê do voto cidadão

Oscar Vega Camacho

Porque Luiz Inácio desagrada a Caetano Veloso

Marta Peres

INTERSEÇÕES RAÇA/GÊNERO/CLASSE

Apresentação

O Devir-“Mulher Negra”: uma proposta ontológica e epistemológica

Vanessa Santos do Canto

Devir mulher do trabalho e precarização da existência. A centralidade dos componentes afetivos e relacionais na análise das transformações do trabalho

Lucia del Moral Espin e Manu Fernández García

A discriminação do negro em Cuba: causas e consequências

Dimas Castellanos

A ideologia da miscigenação e as relações interraciais no Brasil

Otávio Velho

Os riscos da comunidade capturada X a plataforma da "favelania"

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

NAVEGAÇÕES

O desmoronamento da verdade social na Colômbia de Camilo Torres

Alejandro Sánchez Lopera

Trabalho Vivo em Ato na Defesa da Vida Até na Hora de Morrer

Magda de Souza Chagas e Emerson Elias Mehry

Poder constituinte e poder constituído: os conceitos de Antonio Negri aplicados às alterações constitucionais em Portugal e no Brasil

Maíra Tito

Legados/efeitos de Félix Guattari

Sylvio Gadelha

ARTE, MÍDIA E CULTURA

Laroyê Exú! O "Trabalho" de Ronald Duarte

Barbara Szaniecki

Proximidades Metropolitanas

Cecília Cotrim

Imagem polida, imagem poluída: artifício e evidência na linguagem visual contemporânea

Marcos Martins

RESENHAS

Segurança, Território, População (de Michel Foucault)

Por Wanessa Canellas

A People's History of the United States (de Howard Zinn)

Por Thaddeus Gregory Blanchette

MUNDO-BRASIL: GOVERNO/POLÍTICA/ MOVIMENTOS

Lutas cosmopolíticas: Marx e América Indígena (Yanomami)

Jean Tible

Manifesto Político Cosmopolita Antropofágico

Carlos Enrique Ruiz Ferreira

Conversações no impasse: dilemas políticos do presente, parte 1

Colectivo Situaciones

Figuras da subjetividade e da governabilidade na América Latina

Enzo Del Bufalo

O caso Battisti e o caso dos refugiados congolezes: a justiça em termos de luta

Fabricio Toledo de Souza

Os Cursos Pré-Vestibulares para Negros e as Políticas de Cotas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil

Alexandre do Nascimento

Vivendo no limbo?

Projeto Turbulence

ARTE, MÍDIA E CULTURA

Biopolítica e teatro contemporâneo

José da Costa

Em torno do 'vírus de grupo'. Seminário *Guattari não cessa de proliferar*

Ricardo Basbaum

Transgredir as sigilosas siglas do não": a linguagem como espaço de criação de saídas

Mariana Patrício

NAVEGAÇÕES

Entre a representação e a revelação. Kevin Lynch e a construção da imagem (do nomadismo) da cidade

Gerardo Silva

Play-Ground X Work-Out – Devaneios nefelibáticos sob o céu de Copacabana

Marta Peres

RESENHA

MundoBraz. O Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo (de Giuseppe Cocco)

Por Bruno Cava



30

UNIVERSIDADE NÔMADE

Liberdade Operaísta (Homenagem a Romano

Alquati)

Gigi Roggero

Antecedentes políticos do operaísmo: os *Quaderni Rossi*

César Altamira



Lugar Comum - Estudos de mídia, cultura e democracia é uma publicação trimestral da Rede Universidade Nômade. Reúne autores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros e se apresenta como um lugar especializado do debate sobre a produção contemporânea e as manifestações políticas e culturais.

SOLICITAÇÃO Número avulso.....R\$ 35,00
Indicar o(s) número(s) desejado(s)
.....
Total.....R\$

PAGAMENTO

Para solicitar números avulsos, peça um boleto bancário ou faça um depósito no valor correspondente em nome de E-papers Serviços Editoriais Ltda em uma das contas abaixo:

Banco Itaú agência 0408, conta 41900-0

Banco do Brasil agência 0093-0, conta 23943-7

Envie o comprovante de depósito, juntamente com os dados para entrega da revista, através do fax (21) 2502-6612. Se preferir, pague com cartão de crédito Amex, Diners, MasterCard ou Visa pelo telefone (21) 2273-0138.

Estamos à sua disposição pelo telefone (21) 2273-0138, em horário comercial, ou no site <http://www.e-papers.com.br>

nome.....
empresa.....cargo.....
e-mail.....
endereço para entrega.....
bairro.....cep.....
cidade.....UF.....
telefone.....fax.....

ENCAMINHAMENTO DE ARTIGOS

Colaborações à revista *Lugar Comum* podem ser enviadas por *e-mail*.

As colaborações deverão conter:

- a) notas de rodapé de acordo com as normas de referência bibliográfica;
- b) referências, ao final do texto, apenas das obras mencionadas;
- c) resumo de, no máximo, 250 palavras na língua original do texto;
- d) palavras-chaves;
- e) breve nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de atuação e principais publicações;
- f) indicação, em nota à parte, caso o texto tenha sido apresentado em forma de palestra ou comunicação;

As colaborações por *e-mail* devem ser enviadas para:

uninomade@gmail.com

OS EDITORES

